

Migrações



Estatuto Editorial

CARACTERIZAÇÃO E PRINCÍPIOS:

A revista VIVER – Vidas e Veredas da Raia é uma publicação trimestral, propriedade da ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro Sul, para a informação, formação para o Desenvolvimento e promoção da qualidade e nível de vida das pessoas que habitam a sub-região em que estamos inseridos.

Em cada trimestre é desenvolvido um tema central, complementado por conteúdos que abrangem os diferentes temas relacionados com os objectivos da publicação.

A “VIVER” é independente de quaisquer poderes políticos e/ou económicos, não estando ao serviço de qualquer orientação pública ou doutrinária.

É, antes, um espaço aberto às pessoas que se preocupam com o exercício da cidadania, da coesão social e da promoção do desenvolvimento local e rural.

A “VIVER” está aberta à colaboração e intervenção dos seus leitores, quer através de artigos de opinião, envio de documentos, estudos ou trabalhos dentro do seu objecto, ou através de sugestões sobre temas a tratar nas suas páginas.

A “VIVER” pretende contribuir de forma especializada e credível para a formação de uma opinião pública esclarecida e crítica em questões de desenvolvimento local em meio rural, condição indispensável para se conseguir uma realidade (rural) social e economicamente mais justa e integrada.

A “VIVER” aborda territorialmente as questões específicas da área de intervenção da ADRACES e, tematicamente, as relacionadas com o Desenvolvimento Local em espaços rurais, numa perspectiva nacional e europeia. A “VIVER” tem circulação sistemática por entrega directa entre as populações da Beira Interior SUL e selectiva a nível nacional e europeu, por envio postal, sobretudo ao nível das Instituições públicas regionais, centrais e europeias.

A sua difusão internacional é assegurada online através dos sites da ADRACES e da rede das Universidades Rurais Europeias (APURE). www.adraces.pt e www.ure-ature.org.

OBJECTIVOS:

De incidência principal a nível regional – local:

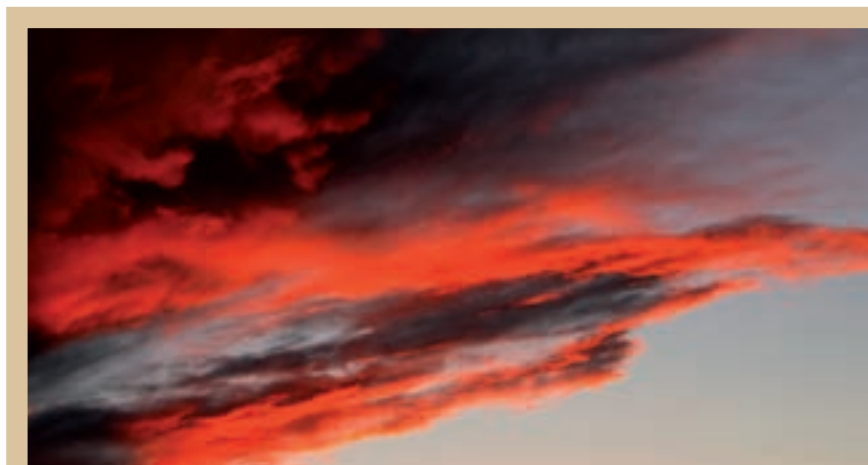
- divulgar e promover os concelhos de intervenção, sua identidade, história, património e cultura;

- divulgar e promover iniciativas locais e rurais de sucesso que encorajem outras iniciativas;
- destacar e divulgar vidas exemplares, terras, costumes e tradições;
- promover e divulgar as produções locais, artesanato e turismo de qualidade;
- assegurar a divulgação de entidades, colecções e eventos regionais;

De incidência geral, nacional e internacional:

- privilegiar a discussão dos possíveis “caminhos” e estratégias que o desenvolvimento local e rural pode adoptar;
- divulgar projectos inovadores, demonstrativos e transferíveis que revelem as novas vias e possibilidades do desenvolvimento local e rural;
- divulgar e promover experiências internacionais adaptáveis às nossas realidades;
- contribuir para a divulgação de trabalhos de investigadores nacionais e internacionais na área do desenvolvimento local e rural;
- promover a reflexão especializada e alargada sobre as práticas de desenvolvimento local e rural;

Contribuir para um maior conhecimento e compreensão mútua entre as diferentes culturas rurais da U.E. ☼



PEDRO MARTINS

Estatuto Redactorial

SELECÇÃO DE CONTEÚDOS:

- A selecção dos temas trimestrais centrais é da exclusiva responsabilidade do Director, ouvido o Conselho Editorial
- Os conteúdos de cada número e seu alinhamento são da responsabilidade do Editor Geral, com prévia aprovação do Conselho Editorial.

ARTIGOS DE OPINIÃO E TRABALHOS ASSINADOS:

São da responsabilidade dos respectivos autores; a sua publicação apenas envolve, por parte da revista, um juízo sobre o interesse informativo dos mesmos e se estão de acordo com o objecto da revista e tema definido, não significando necessariamente concordância com as opiniões neles expostas. Os sumários, notas marginais, anotações extra-texto e artigos não assinados são da responsabilidade do Director e Conselho Editorial.

- A reprodução total ou parcial dos originais carece de prévia autorização do Director da revista.
- A Direcção não faz comentários sobre artigos de opinião e outros trabalhos de autor.
- A revista reserva-se o direito de publicar ou não os trabalhos recebidos e de sugerir qualquer alteração que se lhe afigure necessária, por razões de paginação. Depois de aprovados para publicação, os originais já não poderão ser substancialmente modificados. ☼

António Realinho
Director da ADRACES



FISHEYE

De facto, partilhar informações, toda a gente diz fazê-lo; conseguir partilhar sentimentos é mais difícil. Porém, confio na vossa tolerância e na cumplicidade que já vamos gerando ao fim destes 10 números a falar de assuntos bem diversos, para tornar possível a mútua satisfação de nos sentirmos mais ricos e humanos após nos termos deixado interessar pelas sugestões de pensar e interiorizar, em comum, diferentes raciocínios sobre as mesmas coisas, mas sempre convergindo sobre os parâmetros fundadores da nossa identidade regional e nacional, no contexto territorial da BIS.

Bem. Neste número falaremos essencialmente de migrações. Não se trata de um qualquer estudo estruturado sobre uma das possíveis abordagens do tema. Convidámos pessoas, interessadas e mais ou menos conhecedoras do presente e dos passados recentes das migrações que fizeram e fazem parte, pela ausência ou pela presença, do nosso viver comum.

Falámos com pessoas de muitas condições e procedências a quem solicitámos as suas opiniões, opiniões que aqui vos deixamos, com o propósito de, se possível, alargar e aumentar a vossa e nossa compreensão sobre o que significa protagonizar as diferentes situações decorrentes das diversas formas

Liberdade... para ir e vir... para entrar e sair Paz... para poder ficar

“O sinal mais eficaz para medir a verdadeira estatura democrática de uma Nação moderna consiste na avaliação do seu comportamento para com os imigrantes.”

(João Paulo II, discurso em Guadalupe)

Emigrantes são os que de cá saem. Imigrantes são os que para cá vêm. Ouvimos muitas vezes dizer – “Os nossos emigrantes” –, instintivamente, os emigrantes são nossos, e os imigrantes que cá estão são os emigrantes dos outros!

E os que sempre por cá estiveram, que são? Não seremos também migrantes... Duma outra qualquer classificação? Porque será que o (e) de emigrante e o (i) de imigrante, a diferença duma simples letra, provoca tantas e tão pesadas consequências nas pessoas de uma e de outra situação?

Ao fim e ao cabo, não seremos todos migrantes de passagem entre os hipotéticos céus e infernos, entre a vida e a morte, entre o lugar de nascença e o buraco onde a terra recuperará a matéria de que o nosso corpo é feito?

Que me perdoem @s leitor@s, mas, possivelmente, todos vós tereis passado por momentos como este em que vos escrevo a anunciar o aparecimento do nº 10 desta revista. Momentos em que, apesar do imediatismo das tarefas quotidianas que nos esperam, não nos podemos impedir de parar para pensar no sentido da nossa passagem, da nossa migração por este mundo!

de ser migrante, e sobre os problemas concretos que afligem as migrações de hoje.

Trazendo mais este tema a reflexão e debate, penso estarmos a cumprir com um dos principais objectivos inicialmente propostos para esta revista: “o de estimularmo-nos mutuamente a exercitar o nosso cérebro, procurando compreender o mundo que nos rodeia, para podermos ser mais eficientes e competentes em defesa dos nossos interesses individuais e colectivos e da imagem e do progresso da BIS, nosso território de origem e/ou opção.”

Para conseguirmos sentir que estamos a progredir no bom caminho, a partir de agora, procuraremos relacionar-nos com aqueles que à nossa volta são os nossos “conhecidos” desconhecidos. Dirigir-se a um migrante é fazê-lo sentir-se alguém igual a nós; só não entende a importância do gesto quem nunca viveu sozinho em sociedade alheia. ☸

O Director



ADRACES

CAPA “SERES DIVIDIDOS” – Adriano Rangel

- | | |
|---|---|
| <p>01 DO DIRECTOR
Liberdade... para ir e vir... para entrar e sair
Paz... para poder ficar</p> | <p>10 GRANDE TEMA
Migrações, a sua importância para
o desenvolvimento da BIS</p> |
| <p>03 DO EDITOR
... E vão dez</p> | <p>40 AO SABOR DA PENA</p> |
| <p>04 NÓS ADRACES</p> | <p>41 OS NOSSOS PARCEIROS</p> |
| <p>07 TEM A PALAVRA
Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia
de Castelo Branco</p> | <p>43 SENTIR A BEIRA
Mobilidade e desenvolvimento</p> |
| <p>08 ONDAS CURTAS EUROPEIAS</p> | <p>45 DO LADO DE LÁ
Valverde del Fresno</p> |
| | <p>48 QUIOSQUE DA BIS</p> |

FICHA TÉCNICA

Director: António Realinho § **Director-Adjunto:** Teresa Magalhães § **Editor-Geral:** Camilo Mortágua § **Conselho Editorial:** António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós § **Coordenação da Redacção:** Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão § **Director Comercial:** Luís Andrade
Produção Gráfica (Paginação / Impressão): Isto é, comunicação visual, lda · Rua Santos Pousada, 157 - 3º - Sala 15 · 4000-485 Porto § **Capa:** Isto É § **Colaboradores:** Abel Cuncas, Aida Rechena, Amândio Silva, Ana Paula Fitas, Aníbal Almeida, Arnaldo Brás, Celso Lopes, Clarisse Santos, Domingos Santos, Fernando Paulouro Neves, Fernando Raposo, Guilherme Pereira, Inês Pedrosa, João Mário Amaral, Joaquim Alberto, Jorge Brandão, José Lopes Nunes (Jolon), José Portela, Lauro Moreira, Lopes Marcelo, Margarida Cristóvão, Maria José Martins, Mário Moutinho, Marta Alves, Paulo Pinto, Pedro Lino, Rui Morais, Sandra Vicente, Víctor Santiago

Depósito Legal: 243365/06 § **Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** 124952 § **Propriedade:** ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul · Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão · Telef. +351-272540200 · Fax. +351-272540209 § **Número de Identificação Fiscal (NIF):** 502706759 § **Sede da Redacção:** Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão § **E-mail:** viver@adraces.pt § **Periodicidade:** Trimestral § **Tiragem:** 4.000 exemplares

Com esta chegámos à dezena. Para que os atrasados e/ou distraídos não se venham depois queixar, aqui relembramos os grande temas tratados anteriormente: **1.** Os velhos da raia; **2.** A juventude da BIS; **3.** Associações e associativismos da BIS; **4.** Artes e artistas da BIS; **5.** Agriculturas e agricultores da BIS; **6.** Artesãos e artes populares da BIS; **7.** A educação e o ensino escolar no desenvolvimento da BIS; **8.** Turismo e desenvolvimento local na BIS; **9.** Cooperação e desenvolvimento local – mitos e realidades; **10.** Migrações, a sua importância no nosso desenvolvimento. Temos consciência das dificuldades inerentes à concretização da nossa pretensão de fazer da Beira Interior Sul um território coeso, capaz de definir objectivos comuns, em que todos se revejam e se sintam implicados. Estamos convictos que essa (a coesão activa) é a grande mais-valia que projectará as nossas terras e vidas para a exemplaridade governativa do século XXI e para o alcance de mais satisfatórias condições de vida. Para muitos, este grande objectivo estratégico não passa de mera e ousada utopia! Utopia ou não, é esta a grande ambição da VIVER, a nossa grande motivação. Contribuir para o entendimento entre todos os interesses e protagonismos existentes na BIS. Contribuir para a capacidade de todos e de cada um de nós em sacrificar algum do nosso interesse pessoal em benefício do interesse colectivo.

Camilo Mortágua

Editor-geral

camor@sapo.pt



... E vão dez

Por experiência, temos noção da lentidão e descontinuidade existentes na progressão dos processos de mudança social. Mudar comportamentos arraigados e interesses instalados é como água mole em pedra dura... dura, dura... mas tanto bate até que fura!

Claro que não temos a pretensão de ter a força da água mole.

Apesar disso, sentimos a obrigação de usar os meios que temos e a limitada inteligência que nos deram para ajudar, para provocar a reflexão, para chamar cada vez mais pessoas para a prática do entendimento tolerante e activo em favor de acções comuns, cada vez mais decisivas para os nossos futuros.

Há quem, abdicando de toda a responsabilidade sobre as leis que temos, pense que não nos podemos auto-governar porque as leis deste país não o permitem, são centralizadoras e “impostas de cima”.

Não se deve pensar dessa maneira, não temos nada de ficar à espera que nos “regionalizem”, que nos “localizem”, que nos “autonomizem”. Pela nossa capacidade de entendimento e pela nossa decisão e prática de agir concertadamente, somos nós que nos regionalizamos, que nos autonomizamos, sem necessidade de que alguém o decrete.

O exercício responsável da LIBERDADE também é isto!

Como alguém disse: – *fazer sermões sobre a liberdade, sem se esforçar por desenvolver a responsabilidade que o seu exercício quotidiano exige, nem criar as condições prévias à possibilidade da sua existência prática, leva-nos ao Fascismo.*

É para esta causa que, número a número, com a clareza de que somos capazes, fazemos e levamos até vós a VIVER... vamos lá... pela BIS! ✿

A partir do Diagnóstico Territorial, o qual permitiu um conhecimento profundo e exaustivo do Território de Intervenção quer em termos sectoriais/temáticos, quer no seu contexto macro e micro-territorial, e das orientações e prioridades da política europeia e nacional para o Desenvolvimento Rural, foi definida a Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD).

Elaborada, de forma participada e activa, por uma Parceria ampla e representativa dos actores mais relevantes do território, em conformidade com os princípios e metodologias da abordagem LEADER, a Estratégia tem como objectivo central a **Valorização dos Produtos Tradicionais de Qualidade, o Desenvolvimento do Turismo em Espaço Rural e a Dinamização e Diversificação Económica**. A preocupação central foi a de definir um modelo de desenvolvimento assente nas características específicas do território e das suas necessidades de desenvolvimento. Esta abordagem integrada e territorializada do desenvolvimento pretende responder aos três grandes desafios que se colocam ao mundo rural e, de modo particular, ao território de intervenção: i) o aumento da competitividade;



2007 / 2013

Nós e os nossos parceiros,

ii) a diversificação da economia e iii) o reforço da coesão territorial e social.

Em termos operacionais, a implementação da estratégia tem subjacente uma actuação focalizada e discriminada a diferentes níveis territoriais, económicos e sociais. No âmbito da intervenção da ELD, foram identificados um conjunto de recursos/áreas de intervenção a privilegiar, designadamente:

- **Produtos Tradicionais de Qualidade**, promovendo os produtos agro-alimentares de reconhecido valor (queijo, azeite, enchidos, mel, horticultura e fruticultura, gastronomia tradicional) e o artesanato típico (Bordado de Castelo Branco, Adufes, Trapologia);
- **Turismo em Espaço Rural**, valorizando as suas potencialidades, nomeadamente ao nível do património natural, paisagístico e cultural;
- **Património Rural**, como factor de valorização e atractibilidade dos territórios rurais;
- **Pequenas e médias empresas**, promovendo o aparecimento de novas unidades e qualificando e dinamizando as existentes;
- **Serviços sociais e de proximidade**, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e equidade social, criação de emprego e, conseqüentemente, fixação de pessoas nos aglomerados rurais;
- **Recursos humanos e institucionais**, apostando na qualificação dos agentes e suas organizações públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural – Governança Local.

A promoção, dinamização e valorização destes elementos, de forma interligada e concertada, concorrem, em conjunto, para o desenvolvimento sustentável, para a coesão

territorial e social e para o aumento da competitividade, finalidades centrais da estratégia de desenvolvimento que se pretende imprimir. Para cumprir estes fins foram definidos, a partir do Diagnóstico Estratégico, sete Objectivos Estratégicos:

- I. Valorização, preservação e promoção do património e identidade cultural dos territórios rurais;
- II. Diversificação, modernização e qualificação da Economia Rural, promovendo a sua competitividade;
- III. Promoção e valorização do sector turístico;
- IV. Criação de novas fontes de rendimento e de emprego nas explorações agrícolas;
- V. Melhoria da Qualidade de Vida da População Rural;
- VI. Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências dos agentes locais;
- VII. Fixação de população nos aglomerados rurais.

Interligados e directamente vocacionados para a criação de condições que potenciem o desenvolvimento rural, estes objectivos constituem a estrutura vertebral da estratégia de desenvolvimento local, pois enquadram as linhas e estratégias de acção da ELD.

A sua prossecução pressupõe uma estratégia inovadora e activa que potencie a criação de condições para, partindo dos recursos endógenos do território, estender os efeitos benéficos das intervenções à promoção da coesão social e territorial. Neste sentido e de forma a garantir eficiência e eficácia na aplicação das medidas, foram definidos um conjunto de princípios orientadores que deverão estar presentes, de forma transversal, na concretização da ELD. São eles:

- A **Selectividade** nos investimentos e acções de desenvolvimento a apoiar, concretizada por critérios rigorosos de selecção;



ADRACES

por uma estratégia local de desenvolvimento

- A **Inovação** ao nível de projectos, promovendo áreas como a tecnologia, o design, o marketing, o sistema organizacional;
- O **Empowerment**, promovendo a participação activa, a responsabilização e autonomia das pessoas, comunidades e organizações;
- A **viabilidade económico-financeira** dos projectos de investimento;
- A **gestão e monitorização estratégica e permanente**, de modo a garantir a transparência dos procedimentos e assegurar a boa utilização dos fundos públicos;
- A **Igualdade de oportunidades e de género**.

A parceria é constituída por um conjunto alargado de actores com competências nas várias áreas e sectores da vida autárquica, económica, social, cultural e de desenvolvimento do território, complementares e representativas da sociedade civil e agentes sócio-económicos e culturais mais expressivos, não só do Território de Intervenção do GAL, como da região da Beira Interior Sul.

- ADRACES Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
- Município de Castelo Branco
- Município de Idanha-a-Nova
- Município de Penamacor
- Município de Vila Velha de Ródão
- APT – Associação de Produtores de Tabaco
- APABI – Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior
- AFLOBEI – Associação de Produtores Florestais da Beira Interior

- ARBI – Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova
- APIZÉZERE – Associação de Protecção Integrada e Agricultura Sustentável do Zêzere
- BIORAIA – Associação de Produtores Biológicos da Raia
- Cooperativa de Produtores de Queijo da Beira Baixa
- Lourenço & Filhos Lda.
- OVIBEIRA – Associação de Produtores de Ovinos da Beira Baixa
- AFAF – Associação de Formação Ambiental e Florestal
- Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento
- APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Castelo Branco
- ACICB – Associação Comercial, Industrial e Serviços de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão
- Associação de Estudos do Alto Tejo
- AEPN – Associação Empresarial de Penamacor
- CMCD – Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova
- CMCD – Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão
- IPCB – Instituto Politécnico de Castelo Branco
- Lar Dona Bárbara Tavares Silva
- Naturtejo – Empresa de Turismo, E.I.M.
- NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco
- João Ludgero Moreira dos Santos
- Santa Casa de Misericórdia de Castelo Branco
- Santa Casa de Misericórdia de Vila Velha de Ródão
- Santa Casa de Misericórdia de Idanha-a-Nova

Bordado de Castelo Branco apresenta-se nos Açores



Tradição e modernidade juntas na exposição deste ex-libris



Grupo de percussão Tok'avakalhar



Trio Acordarchi

Aquele que é o mais rigoroso, estudado e apreciado artesanato da Beira Interior Sul voou até terras insulares, desta feita para se dar a conhecer nos Açores em finais do passado mês de Setembro.

A ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul participou numa exposição alargada de produtos de qualidade que decorreu entre os dias 19 de Setembro e 31 de Outubro, em Angra do Heroísmo (Açores – Ilha Terceira). A convite da PROGESTUR – Associação para a Promoção, Gestão e Desenvolvimento do Turismo Cultural em Portugal, cujo objectivo fundamental se prende com a afirmação da identidade cultural portuguesa, a ADRACES teve a seu cargo a montagem de uma exposição do Bordado de Castelo Branco no Teatro Angrense.

A ADRACES esteve presente no evento nos dias 26 e 27 de Setembro, em representação da parceria “Ex-Libris” e de todo o trabalho desenvolvido no âmbito do projecto que visa Reconverter/Adaptar e Certificar o Bordado de Castelo Branco. Sob o binómio tradição/modernidade, a exposição juntou as mais tradicionais e genuínas peças como colchas e painéis à sofisticada aplicação do Bordado a peças de vestuário de alta-costura, representadas através de um vanguardista conjunto de vestido e casaco de noiva e de um clássico *tailleur*. Para o efeito, a Escola Superior de Artes Aplicadas (ESART) de Castelo Branco, uma das parceiras no projecto, disponibilizou um grupo de música erudita/contemporânea para acompanhar naqueles dias a exposição do requintado artesanato. Para uma maior ambiência, o visitante pôde então apreciar a riqueza do Bordado ao som do Trio ACORDARCHI, constituído

por Ana Catarina Claro (violoncelo), Tiago Afonso (violino) e José Valente (acordeão), que sob a orientação do Professor Paulo Jorge já se apresentou no concurso Folefest, obtendo o segundo lugar na categoria de Música de Câmara.

Para cativar a atenção dos transeuntes que por ali passavam, pelas redondezas da entrada do Teatro Angrense, o grupo de percussão “Tok’ avakalhar”, abria as hostes com as suas batidas energéticas, convidando todos a visitar a exposição.

A ADRACES também se fez acompanhar da bordadora Maria de Jesus Moura, do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco, com o qual continua a manter uma estreita parceria. A artesã trabalhou durante o evento na produção manual de um painel, mostrando ‘in loco’ aos presentes a intensa complexidade da arte da seda.

Paralelamente, decorreu uma mostra de produtos locais durante os dois dias da exposição, onde os visitantes puderam degustar os genuínos sabores tradicionais dos queijos, presuntos, vinho e azeite provenientes da Beira Interior Sul.

O convite à PROGESTUR proveio da Direcção Regional da Cultura dos Açores. ❁

“Posso dizer que esta é uma autarquia de burocracia zero”

É a regra do bem comum que lhe comanda a vida. “Os processos de aprendizagem servem para dar contributos em favor da comunidade, procurando que ela seja um bocadinho melhor do que aquela que encontramos”, diz Jorge Neves.

Nasceu em Alpiarça, mas foi Ponte de Sor que o viu crescer. Foi essa mesma cidade que assistiu, 20 anos mais tarde, à sua partida, quando veio desposar uma albicastrense e decidiu apostar numa nova vida em Castelo Branco.

Licenciado em Engenharia Electrotécnica, afirma o gosto pelo risco do desconhecido e pela aventura de novos percursos profissionais. “Porque não?”, perguntou-se quando, em 1993, foi convidado para integrar a equipa do PS candidata à presidência da Câmara. Em 97, depois de quatro anos na oposição à então lista vencedora, seguiu-se oito anos no presente executivo camarário. Em 2005, novo desafio: abraçar os destinos da Junta de Freguesia de Castelo Branco.

Como se conjuga o rural e o urbano numa mesma freguesia?

Quando comparamos uma junta pequena com uma junta grande há uma questão comum: os poucos meios financeiros de que dispõem. Em termos globais, esse valor não chega a 0,5 por cento do Orçamento Geral do Estado. É um valor muito baixo face ao trabalho de proximidade que estas autarquias desempenham junto das pessoas. Em muitos locais é o único elo de entrada do Estado, acabando por ter um papel estruturante na uniformidade do país que mais nenhuma instituição presta.

Esta freguesia engloba toda a área urbana da cidade e duas anexas rurais – Lentiscais e Taberna Seca. Ou seja, tem uma componente urbana e tem uma componente rural. Tem uma prática que nos dois núcleos rurais acaba por ser quase igual à das restantes juntas de freguesia. No núcleo urbano, vamos articulando com a Câmara Municipal, sendo da nossa competência o arranjo de caminhos rurais, a manutenção dos parques infantis e dos cemitérios das anexas. Procuramos dar também acompanhamento no âmbito da acção social às pessoas mais idosas da nossa freguesia. Todas as semanas, desde o início do mandato, que nos deslocamos tanto a Taberna Seca como a Lentiscais, no sentido de prestar atendimento local à população.

Posso dizer que, nesta altura, esta é uma autarquia de burocracia zero. Qualquer pessoa que venha tratar aqui de determinado documento, leva-o na hora. Temos apostado muito numa reorganização interna com a informatização e automatização de processos, para uma maior eficiência e eficácia dos serviços.



*Freguesia de Castelo Branco
Jorge Neves,
48 anos*

Avançámos também para uma página da Internet com informação útil para a população e que disponibiliza todos os formulários modelo dos documentos tratados na Junta de Freguesia. E enveredámos por um sistema de gestão de documentação que faz a tramitação electrónica de todos os documentos.

Será possível aproximar as anexas da cidade, no sentido de se evitar o despovoamento dessas zonas rurais?

A Câmara Municipal tem tido exactamente essa estratégia. Trazer pessoas para trabalhar na cidade, mas cuja residência se fixe nos núcleos rurais. A verdade é que nós não podemos ter a veleidade de querer zonas industriais em todos os lados. Se as pessoas não têm emprego têm de o procurar. No entanto, eu acho que a qualidade de vida nas aldeias decresce muito se as pessoas lá não estiverem e a qualidade de vida na cidade decresce muito se as pessoas se concentrarem todas aqui. Portanto, há que ter aqui uma estratégia de estruturar o desenvolvimento, procurando que as pessoas trabalhem num sítio, mas possam, com facilidade, rapidez e comodidade, viver nas aldeias. Na nossa cidade, residirão actualmente cerca de 40 a 45 mil pessoas. No entanto, também penso que a nossa cidade tem condições e infra-estruturas que lhe permitam suportar mais gente, sem que isso influísse muito na qualidade de vida da população. A cidade tem crescido muito à custa da desertificação do mundo rural e de outros concelhos em redor. Naturalmente, temos de perceber que Castelo Branco surge como um polarizador do desenvolvimento a nível regional.

Para além das poucas palavras, qual foi a maior dificuldade que encontrou quando chegou à Junta?

Tem sido a incapacidade de conseguirmos responder às necessidades que nos são colocadas pelas colectividades, acima de tudo a nível financeiro. Fruto da situação delicada da economia, os empresários privados não têm grande possibilidade de continuar a apoiar as instituições da forma como vinham a fazer até aqui. Com este corte da iniciativa privada, as colectividades voltam-se para as instituições públicas. E são cerca de 150 a 200 as colectividades que nós temos apoiado. Muitas vezes, chegam-nos aqui com situações de extrema dificuldade na gestão diária e procurando que nós possamos apoiá-los financeiramente como eles gostariam. Com certeza que merecem, mas a Junta não consegue. Esta é uma família que tem muitos filhos e não podemos, de forma nenhuma, dar tudo a uns e nada aos outros. ☘



Carta de Paris

Nem as novas tecnologias de comunicação, nem o plano tecnológico, nem a nossa nova “sociedade do conhecimento” permitem que os emigrantes possam votar sem ser presencialmente!

Emigrantes e imigrantes. Aqueles que saem e aqueles que entram. Os que se vão embora e os que vêm.

Se há muitas razões para emigrar, para sair da sua terra (ganhar a vida, estudar, desejo de aventura...), as razões para imigrar são poucas. Vamos para um determinado local porque pensamos encontrar nesse sítio aquilo de que temos necessidade. Quando saímos é porque não temos condições para continuar onde estamos e pensamos ir encontrar essas condições no local para onde vamos.

Agora, as pessoas ou emigram individualmente, ou em família, ou em pequenos grupos, mas tempos houve em que a emigração era de povos inteiros que procuravam, por vezes bem longe das suas terras, as condições que não tinham na terra onde nasceram. Nos anos 60, houve aldeias de Portugal que ficaram quase sem ninguém. Quase todos emigraram.

Como regra, podemos dizer que os países, as regiões ou as povoações para onde se imigra, são zonas que estão em desenvolvimento, e as de onde se emigra estão em empobrecimento.

Portugal tem mais ou menos a mesma quantidade de pessoas que tinha em 1960. Mas agora tem muito menos gente em idade de trabalhar e de ter filhos, porque a percentagem de idosos é muitíssimo maior. Neste espaço de tempo, Portugal foi um país de Emigrantes. Aliás, durante muitos anos, a receita maior de Portugal era exactamente o dinheiro que os emigrantes mandavam para a sua terra.

A França tem quase o dobro das pessoas que tinha em 1960. Desde 1945 que a França é um país de Imigrantes. Mas, com tanta gente a mandar dinheiro para fora da França, o país, que estava completamente destruído, passou a ser um dos mais ricos do mundo.

Por isso, podemos dizer que o trabalho é mais importante para o desenvolvimento de um país do que o dinheiro.

Prova disso, são os países que estão cheios de dinheiro por causa do petróleo, mas onde a maior parte das pessoas vive na miséria. O dinheiro,

vão gastá-lo nos países mais desenvolvidos, comprando propriedades, empresas, bancos, e agora clubes de futebol.

Já vivi em vários países, mas só em Portugal é que ouvi dizer mal dos trabalhadores portugueses. Em todo o mundo, ser português significa ser bom trabalhador, e todos os patrões querem portugueses ao seu serviço.

Curiosamente, nunca ouvi dizer que os patrões portugueses são bons.

Talvez por isso os trabalhadores portugueses emigram com tanta facilidade, mas os patrões portugueses não são capazes de fazer no estrangeiro as empresas que gostariam de lá ter.

Também se diz que Portugal tem fraco desenvolvimento, porque o grau académico dos trabalhadores portugueses é baixo. Mas eu conheço muitas portuguesas e muitos portugueses, com cursos superiores tirados em Portugal, que não tinham grande futuro no nosso país mas que, vindo para fora fazer uma especialização em universidades estrangeiras, foram imediatamente contratados por essas universidades como investigadores. Em Portugal, com alguma sorte, seriam professores, e sem sorte, seriam professores no desemprego.

Podemos talvez dizer que o grau académico daqueles que mandam em Portugal (políticos profissionais e patrões) é muito baixo. Se não é assim, teremos que dizer que o grau de desonestidade e oportunismo é muito alto. Talvez aconteçam as duas coisas ao mesmo tempo.

Basta ver o que os senhores que mandam no Partido Socialista querem fazer com o voto dos emigrantes portugueses. Até agora, devido às enormes distâncias que os emigrantes teriam de percorrer para votar presencialmente, o voto faz-se pelo correio para a eleição dos deputados pela emigração. Agora, segundo o Secretário de Estado das Comunidades, considerando que “o voto presencial é mais dignificante e muito mais transparente”, querem acabar com o voto por correspondência. Eu gostava de ver quantos habitantes do Algarve iriam votar se tivessem que ir votar ao Minho...

Democrata, não é quem diz que o é, mas é aquele que faz e promove a Democracia.

A Democracia faz-se, promovendo a maior participação possível de todas as pessoas na vida comum, ao menos através do voto. Quando se dificulta o voto, não se é Democrata.

O Salazar, para governar, também não precisava de votos para nada. Assim está este Partido Socialista. ✿



Na União Europeia

Vinte e Sete Países chegam a acordo político sobre um Pacto para a Imigração

Os ministros do Interior da União Europeia, reunidos no passado dia 25 de Setembro em Bruxelas, alcançaram um acordo político sobre um Pacto para a Imigração, que será formalmente adoptado pelos líderes europeus em Outubro, anunciou a presidência francesa da UE. O acordo entre os 27 foi possível depois de Paris ter suavizado bastante o teor do texto original do Pacto, pensado inicialmente pelo Presidente francês, Nicolas Sarkozy, como um documento de endurimento da política europeia para a imigração.

O texto final – que reuniu do consenso dos 27 – resulta de longas negociações, durante as quais muitos Estados-membros exigiram mudanças profundas.

Segundo fontes diplomáticas, algumas das alterações produzidas foram reclamadas por Portugal, que quis ver consagrado no documento um maior equilíbrio entre a vertente securitária – muito presente na versão original de Paris – e a imigração legal, bem como o reforço dos direitos dos imigrantes.

Depois do acordo político alcançado em reunião, na qual participou o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, o Pacto deverá ser solenemente aprovado pelos chefes de Estado e de Governo da União Europeia na Cimeira agendada para 15 e 16 de Outubro em Bruxelas.

O Pacto pede aos Estados-membros que limitem as regularizações a cada caso em particular e que ponham fim às regularizações maciças.

O sentido do texto, que ainda desconhecemos em detalhe, indica que a intenção é a de limitar a entrada de imigrantes ao número estritamente necessário para integrar o mercado de trabalho.

O Pacto opta assim por uma imigração selectiva, controlada de acordo com as necessidades laborais e a capacidade de integração no país de acolhimento, e por uma maior firmeza de acção contra os ilegais.

Tudo parece indicar que se trata de mais uma concertação entre “ricos” sem que os interesses e necessidades dos “pobres” sejam minimamente tidos em consideração. Ao longo destas páginas encontrarão os nossos leitores diversificadas opiniões e apreciações sobre as virtualidades destas políticas que à primeira vista podem parecer justas, se vistas apenas como medidas de auto-defesa do bem-estar dos europeus, bem-estar esse, conquistado, também, à custa da exploração dos recursos dos Países daqueles que agora nos pedem acolhimento e solidariedade. ☸



Grande Tema

Migrações: A sua importância

1. Em quase todas as aldeias e vilas da BIS, há famílias que vivem ajudadas pelos migrantes. Pelos seus que emigraram e vão mandando alguns euros para completar as magras reformas, ou pelos que para cá vieram e ajudam os idosos que ficaram nos trabalhos que faziam os que partiram!

Em quase todos os lugares da BIS, dos mais pequenos aos maiores, há comércio abertos, sobretudo cafés e pequenos supermercados, criados por ex-emigrantes. Comércio e lugares que ajudam a animar as pequenas terras e a diminuir a aceleração do seu despovoamento.

2. Muitos dos líderes e activistas mais dinâmicos das colectividades locais, culturais e desportivas ganharam essa sensibilidade e experiência, esse gosto pelo trabalho associativo, nas associações das comunidades portuguesas da emigração, estimulados por um certo e inconfessado “peso de consciência” por terem abandonado a Pátria. Lá fora, participar na “Associação portuguesa” é uma forma de sentir a Pátria perto de si; uma maneira de compensar o sentimento de ausência e de se sentir mais seguro entre iguais. Por isso, quase todos os nossos emigrantes, de uma forma ou de outra, são activistas associativos!

3. Entre os mais esclarecidos autarcas da BIS, muitos foram emigrantes e ganharam lá fora, em contacto com sociedades democraticamente mais evoluídas e consolidadas, o gosto pela actividade política, pela gestão da vida pública e pela participação cívica.

4. Há quem estime em mais de 500 mil o número de pessoas, naturais da BIS, que se sentiram compelidas a emigrar para poder sobreviver com alguma dignidade e conforto, ao longo dos últimos 50 anos. Em parte, o impacto negativo dessa hemorragia demográfica está bem visível na nossa paisagem rural, embora para a situação actual tenham contribuído outros factores de política interna.

Este é, sem dúvida, o nosso maior “prejuízo”; mas as migrações nunca são só prejuízos ou ganhos. Há sempre desvantagens e vantagens.

Os ganhos culturais e tecnológicos, científicos e empresariais, obtidos pelas pessoas que emigraram, nunca teriam sido possíveis com os nossos costumes e meios. Também os trabalhadores emigrantes, a todos os níveis, têm feito e estão fazendo os seus “ERASMUS”. E isto é um incalculável benefício a ter em consideração.

5. Os contributos das migrações para o Desenvolvimento da BIS, positivos e negativos, têm sido contributos auto-decididos e sem nenhuma ou muito pouca intervenção dos responsáveis pela governação da BIS e/ou do País. Parece-nos indispensável mais “pedagogia activa” para motivar maiores benefícios. Nós limitamo-nos, na medida das nossas possibilidades, a procurar contribuir para que o tema mereça maior atenção da parte dos poderes públicos e da sociedade civil organizada locais, a fim de podermos evoluir para outros patamares de acção pró-activa e muito menos passiva, ou neutra, em relação à optimização dos resultados que, para a BIS, se podem obter dos movimentos migratórios do presente e do futuro. Esta é a razão essencial para trazer a conhecimento público opiniões e depoimentos sobre o tema. ✨

Dê a sua opinião. Este artigo pode ser comentado no blogue da Revista VIVER através do endereço electrónico <http://revistaviver.blogspot.com>

para o Desenvolvimento da BIS

Isabel Spencer Monteiro, 41 anos, natural de Zebreira, filha de ex-emigrantes, desde cedo sabe o que é viver em terras estrangeiras. Com apenas três anos, acompanhou os pais quando estes emigraram para França, permanecendo por lá até aos 12 anos. Depois do regresso, e ainda jovem, migrou para Lisboa à procura de um emprego com futuro. E eis que, em 2005, juntamente com o marido João Spencer, decidiu abraçar uma nova aventura na emigração rumo a Angola, deixando para trás a família e os amigos em troca de uma hipotética possibilidade de ganhar “um bom dinheiro” num país em forte crescimento económico, mas onde persiste muita miséria.



TESTEMUNHOS 1

Na emigração nem tudo é ouro!

Quais os motivos que a levaram a emigrar?

Enquanto estive em Portugal, a minha vida reflectia um provérbio muito pessoal – “trabalhar, trabalhar, para um dia nada juntar”.

Com muito esforço, mantinha dois empregos, chegava a casa pela uma da madrugada e, no final de cada mês, continuava a não ver frutos do meu trabalho... Por isso, decidi arriscar e tentar uma nova vida em Luanda, para ver se seria desta que conseguia arrecadar algum dinheiro para poder investir num projecto meu.

E arrecadou?

Consegui juntar o útil ao agradável, tanto a nível profissional como familiar, uma vez que o meu marido acompanhou-me e está a ter sucesso na implementação de um projecto próprio de uma empresa de táxis. Paralelamente, ainda trabalha numa agência de publicidade de outdoors. E eu tenho um emprego estável na Embaixada Portuguesa em Angola. No entanto, uma parte de mim ficou em Portugal com a família. Tento superar esta situação, apesar de as saudades serem muitas. É difícil ser emigrante, nem tudo é ouro... Por isso, sempre que posso vou a Portugal para estar com eles.

Considera regressar de vez a Portugal?

Não, apenas prevejo um regresso temporário. Eu e o meu marido pretendemos apostar num investimento em Portugal (local ainda por definir), depois, provavelmente, seguiremos a nossa caminhada da emigração para Cabo-Verde, onde o João tem profundas raízes e que também já considero a minha terra.

Como vê a situação do nosso país?

Portugal está a ficar um caos total. Tudo sobe, à excepção dos salários. Essa foi, aliás, a razão de eu ter emigrado...

Quer partilhar connosco algum momento engraçado, uma história caricata?

Sim. Em África, vi coisas que jamais algum dia pensava ver... A energia e a água canalizada de Luanda e da maior parte do país são péssimas. Após uns meses de chegar a esta cidade, ficámos sem energia, sem água, sem ar condicionado, durante cinco dias, com um calor tão sufocante, que eu tive de ir dormir no chão junto à porta da rua (o único sítio onde fazia corrente de ar), além de que todos os alimentos que tinha congelado foram para o lixo. Nesse momento difícil, desesperei e pensei regressar à civilização, mas a vontade de ganhar dinheiro fez com que eu tivesse forças para superar todas as dificuldades e obstáculos. Hoje, já tenho um gerador em casa para precaver essas situações (risos).

Tenho visto e passado por muitas situações difíceis e engraçadas aqui. Até já pensei em escrever um livro com estas histórias. Um dia, quem sabe... ❁

Paulo Pinto e Sandra Vicente

Emílio Magro Martins emigrou para França, em Março de 1965, mais concretamente para Paris, onde actualmente vive com a família. Como está reformado, divide o tempo entre Salvaterra do Extremo e os arredores de Paris.



TESTEMUNHOS 2

Cá e lá, entre Salvaterra e Paris

Quais os motivos que o levaram à emigração?

Quando terminei a tropa em Moçambique, estive para emigrar para a África do Sul, mas como não podia ir para lá trabalhar, optei por escolher a França. Ainda em Moçambique, consegui arranjar um passaporte de turista para ir a França, que me garantia direito de permanência no país durante três meses. As publicidades que se viam por todo o lado na altura eram muito aliciantes, mostravam que se ganhava muito dinheiro em França. Então decidi arriscar e depressa arranjei trabalho. Um pouco duro, na verdade, mas como se ganhava uma boa maquia, não desisti. Não queria voltar a Salvaterra, uma vez que se tirava fracos rendimentos no trabalho do campo.

Foi solteiro ou casado?

Quando emigrei já namorava com a actual esposa, com quem casei em Portugal. Acabei por levar a mulher para França, em 1966, um ano após ter entrado nesta aventura da emigração. Mas, nessa altura, já com trabalho à minha espera. Como os portugueses sempre foram encarados como bons trabalhadores por terras francesas, foi fácil arranjar trabalho.

Tenciona ficar por cá?

Não sei... Não consigo escolher onde quero ficar; onde tiver que ficar, fico. Estou dividido, porque, em França,

tenho a família, e, em Portugal, as origens. Daí que não elejo um país preferencial para ficar. Entretanto, e como estou reformado, aproveito o tempo para estar nos dois lados.

Sabe onde se encontra a maioria dos outros emigrantes cá da terra?

Isso não sei, não senhor. O grande núcleo de emigrantes portugueses em França encontra-se em Paris e na região de Tours. Depois também há comunidades portuguesas noutras regiões de França, em menor número.

E... de histórias para contar aos netos?

Sim, claro! Uma vez vinha de França de comboio, quando reencontrei um ex-camarada da tropa, que pertencia à PIDE. Ele reconheceu-me e foi falar comigo. Entretanto as pessoas que viajavam comigo acabaram por pensar que eu também pertencia à PIDE, chegando ao ponto de deixarem de falar. Tive dificuldades em digerir esta situação, porque nunca imaginei que isso me fosse acontecer. ☹



Emigração, sonho e aventura

No Portugal de há pouco, pobre vida se vivia, e emigrar se sonhava
Sem saber o que se espera, mas a esperança se alimentava
Neste berço onde crescemos, fomos vivendo e espreitando
Até que a ocasião se apresenta, e o vento nos soprando
Que já chegou a hora, de pôr a memória a funcionar
E para a salto não ir, como “turista”, um passaporte fazia editar
Este seria uma boa arma, e não se podia perder
De comboio viajar para França, e “francos” depois obter.

Para isso acontecer, um trabalho devia procurar
Numa refinaria de petróleos, iria acontecer
Rolando bidons todo o dia, e não os deixar tombar
Com umas botas de segurança, para os pés proteger
A língua portuguesa, por vezes esquecia, de não ouvir falar
Nos ouvidos, só francês se metia, mas português, não queria perder
Chegando ao Hotel à noite, um desabafo queria dar
Com outros portugueses então, muito se ia desvendar.

Dois francos à hora, era o melhor que nos podiam dar
Mas isto, bem nos sabia, pois era melhor que em Portugal
E então projectos se imaginavam, para um dia voltar
À terra onde nascemos, a nossa terra Natal
Por muitas profissões passámos, e em tudo vamos apostar
Em terras estrangeiras mostrar, que como nós não há igual
Com vontade e honestidade; por tudo vamos lutar
E também podemos dizer, que temos coração, e sabemos estar...

E ainda nos cultivámos, misturando duas culturas
Mas, do muito que aprendemos, também a Portugal devemos
Pois foi aqui que nascemos, e o português como literatura
Para Portugal e França, nós sempre assim seremos
Os emigrantes que fizeram, evolução e estrutura
Em plena revolução industrial, com a França nós vivemos
E como, mão-de-obra viva, também tivemos mais fartura
Mesmo se riqueza não era, foi uma vida mais segura.

Emigrar, foi oportunidade, que nem todos tiveram
Mas aventura e vontade, tem de ser caracterizada
Não devem ter receio, de saber o que esperam
E por vezes, alguns sofreram, entrando numa encruzilhada
Se endividando em Portugal, pois com melhor vida sonharam
E também abandonados, longe da família desejada
Outros, muito perderam, mas persistiram e venceram
E hoje raízes deixaram, nos países que os acolheram.

José Joaquim Dias Rascão, com 61 anos de idade, natural de Salvaterra do Extremo, emigrou para França, em 1971, à procura de uma vida melhor. Hoje, encontra-se reformado de uma vida dura e de muito trabalho numa associação pertencente à empresa automóvel Renault. Sempre que pode, dá um pulinho a Portugal para “matar” saudades... do local que o viu nascer.



TESTEMUNHOS 3

A “Fogaça” do casamento pagou os passaportes!

Como é que foi para França?

Foi através do meu cunhado (Emílio Magro Martins), que me recomendou numa fábrica de transformação de carnes. Derivado a problemas de saúde (asma), passados cinco anos, fui obrigado a deixar esse trabalho. Pouco tempo depois, através de um amigo, consegui ingressar numa das casas de acolhimento da Renault, que recebia os funcionários da marca de todo o mundo, quando estes se deslocavam a França para participar em reuniões e/ou formações.

Fazia lá o quê?

Eu fazia um pouco de tudo, era um funcionário polivalente. Fazia as camas, cuidava do jardim, servia os almoços e, quando era necessário, acompanhava o chefe nas reuniões que tinha em Paris.

Era melhor do que cá?

Foi uma questão de sobrevivência. A situação em Portugal estava complicada e, como tinha o meu cunhado em França, abandonei o serviço militar como fuzileiro no Ultramar e arrisquei. Ainda casei cá, mas logo três meses depois fui na aventura e levei a minha esposa comigo, arranquei-a das saias da mãe. Na altura, não tinha dinheiro

para suportar as despesas da viagem, por isso, a maquia que recebi de “fogaça” do casamento serviu para pagar os passaportes de turistas que um senhor em Castelo Branco nos arranjou de forma clandestina.

Então e agora?

A evolução que houve desde aquele tempo foi como passar da noite para o dia. O grande problema é o facto de haver poucos jovens na terra, mas acredito que os dirigentes actuais da freguesia estão a fazer um bom trabalho.

Ainda há jovens a emigrar para França?

Sim, ainda há muitos jovens a ir para França, porque lá ainda se ganha relativamente bem. Quando comparado com Portugal, ganha-se duas ou três vezes mais. Ainda compensa. Além disso, o pessoal emigrante sujeita-se a trabalhos duros e sujos que cá nunca fariam por vergonha.

Vai voltar?

Voltar a Salvaterra é ainda uma incógnita. A nossa terra é a nossa terra. No entanto, visto que pertencemos já a dois países, e com os filhos e os netos em França, torna-se um pouco difícil optar por escolher só um lugar. Enquanto puder vou indo e vindo; quando deixar de ter capacidade para estas viagens, penso que vou optar por me fixar definitivamente em Salvaterra do Extremo. ☸

Manuel Milheiro Romão, 53 anos, natural de Idanha-a-Nova e casado com Maria Amélia Ramalho, 50 anos. Residem em Watrelos – França, perto da fronteira com a Bélgica. A origem da história da emigração deste casal foi devida a uma forte paixão de Verão. Maria Amélia emigrou para França com os pais, quando tinha 8 anos, e conheceu o marido quando, anos mais tarde, veio de férias à sua terra Natal – Idanha-a-Nova. Namoraram três anos, decidiram casar por terras lusas, mas depressa foram viver para França, corria o ano de 1977.



TESTEMUNHOS 4

A Paixão levou-os para a emigração

UMA HISTÓRIA A DOIS, CONTADA SÓ PELO MANUEL!

Manuel Romão dedica-se ao trabalho da Construção Civil, área onde hoje é empresário por conta própria. Sempre foi uma pessoa muito activa, chegou mesmo a integrar uma Associação Portuguesa de dinamização de jogos de futebol e de almoços de convívio, aos fins-de-semana, entre os emigrantes Portugueses residentes naquela região.

Manuel Romão enveredou ainda numa grande aventura de voluntariado, quando assumiu a liderança da “Rádio Triunfo” durante dois anos, a mais ouvida pelos emigrantes Portugueses em França. Fundada em 1981, teve no ar as suas emissões até 2005. Durante essa época, a emigração lusa em França atingiu o seu auge, até se chorava quando se ouvia falar português numa rádio!

Outro marco que ficou bem vincado na sua vida foi a realização do Euro 2004 em Portugal. Manuel tinha uma bandeira nacional com sete metros de comprimento e colocou-a em cima do telhado da casa. Foi uma loucura, toda a gente queria tirar fotografias à bandeira, visível da auto-estrada que dista 10 quilómetros da residência.

São as raízes familiares que os farão regressar a Portugal um dia... Assim que se reformarem, regressam logo a Portugal, dizem. O retorno só não acontece de imediato, porque, como afirma Manuel, “já que por lá nos roeram os ossos, agora queremos comer a febra”. Daí que o grande sonho de voltar de vez à terra natal ainda tenha de esperar mais uns anitos. ☘

TESTEMUNHOS 5

Na Holanda, os portugueses não são vistos como estrangeiros



Maria de Fátima Pires Milheiro e António Anselmo D. Carreiro são naturais de S. Miguel d’Acha, concelho de Idanha-a-Nova. Emigrantes portugueses residentes em Roterdão, na Holanda, têm três filhos (Ruben, Nilson e Kelvin) e não abdicam de vir todos os anos de férias a Portugal, mais concretamente à terra Natal de ambos.

Por que escolher a Holanda como país para a emigração?

Maria de Fátima: O meu pai emigrou em 1976, levando a família toda com ele. A vida cá estava difícil e, como os meus pais ambicionavam uma vida melhor, optaram por emigrar para a Holanda. Com 10 anos na altura, é claro que não tive qualquer influência na decisão deles. Como era ainda muito nova, acabou por ser fácil a minha adaptação; a única dificuldade foi a língua, mas acabei por estudar e, mais tarde, por arranjar um bom trabalho.

O meu pai foi o grande impulsionador da emigração da BIS para aquele ponto do planeta, uma vez que foi o primeiro emigrante da zona a escolher a Holanda como destino. Mais tarde, acabou por servir como passaporte para outros emigrantes de S. Miguel d’Acha e do distrito de Castelo Branco. Hoje, existe uma grande comunidade de emigrantes portugueses em Roterdão, onde não são vistos como um estrangeiro porque foram sempre bons trabalhadores. Todavia, os locais fortes da emigração portuguesa na Holanda são Amesterdão e Haia.

COMO A VIDA NÃO LHE CORRIA DE FEIÇÃO, O ANTÓNIO “FOI ATRÁS DELAS” – DA VIDA E DA FÁTIMA!

Maria de Fátima: Não, não casamos na Holanda. Todos os anos, a minha família vinha – e continua a vir – de férias a Portugal. Numa dessas temporadas cá, conheci o António e comecei a namorar com ele.

António Carreiro: Eu só decidi emigrar depois de conhecer a Fátima. Tinha 23 anos e, como a vida cá não corria de feição, fui atrás dela. Apesar de também eu ter ido viver para a Holanda, não abdicámos de casar em S. Miguel d’Acha. É quase uma regra que todos os emigrantes casem em Portugal. Ainda na semana passada, presenciámos um casamento de um casal de portugueses também emigrados na Holanda.

Maria de Fátima: Acontece o mesmo com os nossos filhos. Eles nasceram lá, mas baptizámo-los cá, porque não queremos

perder a ligação da família com o nosso país. Se mais tarde quiserem optar por outra nacionalidade, já é com eles. Até lá são portugueses (risos).

Então pensam voltar?

António Carreiro: Talvez sim. Não podemos garantir imediatamente, porque não sabemos o futuro, mas eu tenho muita vontade de regressar. Considero a Holanda como o segundo país, no entanto sinto um intocável bairrismo português.

Maria de Fátima: Eu não sei, tudo depende muito da situação dos filhos. Neste momento, já não tenho família cá. É lá que tenho toda a minha vida, por isso, não posso dizer nem sim nem não...

Como encaram a situação dos consulados portugueses na Holanda?

António Carreiro: Os consulados fazem muita falta. O que fica mais próximo de nós está para fechar, vai ser uma situação altamente prejudicial. Se nascer lá um filho de emigrantes portugueses e o quiserem registar como português, não há qualquer hipótese, porque a Câmara de Roterdão só pode conceder a nacionalidade Holandesa à criança. E, nós, emigrantes não queremos isso.

E nós por cá, como nos vêm?

António Carreiro: Portugal está no bom caminho. Nós temos muito a mania de afirmar que tudo o que vem de fora é melhor do que aquilo que existe em Portugal, mas não! O que falta é disciplina, saber o que queremos e não desenvolver este sentido de inferioridade em relação aos outros países europeus. Enquanto esta mentalidade não mudar, o resto não muda.

Maria de Fátima: Por exemplo, a nível de tecnologia bancária, Portugal está 50 anos à frente da Holanda. Cá já se faz todo o tipo de pagamentos com o cartão multibanco, enquanto lá estão agora a testar isso. Como podem ver, há coisas que estão muito avançadas em Portugal.

Uma vez que têm acesso aos canais portugueses, acompanham tudo o que se passa em Portugal através dos noticiários, mas, entre os programas a que mais gostam de assistir, destacam a série “Morangos com Açúcar”, da qual não perdem um episódio. ☘



TESTEMUNHOS 6

Também para a Suécia se emigra! Até de Meimão...

José da Cunha Amaral, 75 anos, e Ana Maria Nabais Gonçalves, com 72, são um casal amável e muito dinâmico, ambos naturais de Meimão, concelho de Penamacor. Ele é artesão, ela, secretária activa da recente criada Associação XARA (Associação de Solidariedade Social e Desenvolvimento Local do Meimão). Emigrantes que foram, entre 1970 e 1996, na Suécia (Malmö), ainda hoje se lembram da primeira frase que aprenderam na difícil língua sueca: Jag pratar inte Svenka (Não sei falar Sueco).

Porquê a Suécia?

José: Calhou... Eu tinha lá um tio emigrante e a firma, onde ele trabalhava, estava a recrutar novo pessoal. Acabei por emigrar por contacto dele, já com carta de chamada da empresa.

Mas qual foi o motivo que o fez emigrar?

José: Para melhorar o nível de vida...

O que fazia cá antes de emigrar?

José: Estive na vida militar durante seis anos. Depois de passar à disponibilidade, estive em Meimão perto de um ano sem emprego e, mais tarde, consegui lugar no Metropolitano de Lisboa, onde trabalhei durante cerca de 18 meses.

Quando decidiu ir para a Suécia, já namorava, estava casado...?

José: Já estava casado... Mas eu fui primeiro e só seis meses depois é que a minha esposa e a minha filha se juntaram a mim. Era muito difícil encontrar casa.

O que é que faziam lá?

José: Trabalhava na construção naval. Nos estaleiros. Sempre fiz isso.

Ana: Eu trabalhava num hospital.

Ainda sabem falar sueco?

Ana: Eu sim, o meu marido nem tanto. Eu concluí a nona classe lá... Como trabalhava no hospital, em contacto directo com as pessoas, senti necessidade de aprender um pouco melhor a língua.

A vossa filha ainda lá está?

Ana: Não, está cá em Portugal. Até veio antes de nós.

O regresso da filha levou a que voltassem mais depressa?

Ana: Sim. A decisão dela pesou muito na nossa vinda definitiva para Meimão.

E não estão arrependidos?

Ana: Não... Apesar das muitas saudades que guardamos daquele país.

José: Eu só não sinto saudades por causa da viagem.

Quando regressaram, tiveram alguma dificuldade de adaptação?

José: Não houve grandes dificuldades, porque já era hábito vir à aldeia todos os anos.

Ana: Apesar de termos cá a família, nunca mais me vou esquecer da Suécia.

Portugal ou a Suécia?

Ana: Ai, gosto mais da Suécia. Quer dizer... sou portuguesa e adoro o meu país! Não há ninguém que goste mais de Portugal do que os emigrantes, mas da Suécia eu tenho as minhas melhores memórias. Eu até costumo dizer que, quando estou em Portugal, sinto-me sueca, e, quando estou na Suécia, sinto-me portuguesa!

Há um fosso de desenvolvimento muito grande entre Portugal e a Suécia?

Ana: Quando fui para lá, a título de curiosidade, a coroa valia 9 escudos. Eu ganhava cerca de 300 coroas por quinzena.

Acham que houve evolução em Meimão?

Ana: Sim! Mudou muita coisa.

Quais são as melhores recordações que guarda de cá e de lá?

Ana: Bem, de cá guardo a mocidade alegre. De lá, foi tudo! Foi a minha vida!

Faziam parte de algum grupo português?

Ana: Sim, fazíamos parte da Associação Portuguesa na Suécia. Aqui, e porque gosto de me envolver activamente no movimento associativo, também pertença a uma associação de Meimão.

Sabem se, neste momento, ainda existe uma grande comunidade de emigrantes na Suécia?

Há. Em Gotemburgo (Göteborg). ☘

Sandra Vicente e Paulo Pinto



TESTEMUNHOS 7

Daqui a amanhã não há cá mais ninguém!

É integralmente uma família de (e)migrantes. São cinco filhos e todos eles sentiram a necessidade de sair de Meimoa e tomar outros rumos na vida.

Falámos com a mais velha da Ti Ilda e do Ti Trolho – a Teresa.

Primeiro, emigrou o marido – João Tarrinha – para a França, mas não tardou que Teresa se lhe juntasse. Lá nasceram já os filhos – a Susana e o Cristophe, e, mais recentemente, a família foi aumentada pelos pequenos Hugo e Lea, os primeiros netos. Pelo motivo comum à maioria dos emigrantes, também este casal foi em busca de uma terra de oportunidades, sujeitando-se a qualquer tipo de trabalho, desde que melhor remunerado do que em Portugal. Ainda hoje o João trabalha como empregado na construção civil e a Teresa nas limpezas.

Foram também eles os responsáveis pela emigração da Eugénia e do Chico, dois dos quatro irmãos da Teresa. Quanto aos restantes dois, o Joaquim está em Lisboa e a Rosa, em Beja.

Aqui fica a conversa com a Teresa Trolho.

Adaptaram-se bem a França?

Depois de uma temporada, o meu marido começou a falar, por que ia ouvindo a língua francesa por meio de outros naturais da terra, emigrados em França há mais tempo. No início, ainda com alguns erros, como é natural, mas com o tempo foi melhorando.

À chegada, sentiram-se discriminados com o facto de serem portugueses?

Nessa altura, aceitavam muito bem os emigrantes, na medida em que eles tinham falta de mão-de-obra. E, ainda hoje, os portugueses são muito bem recebidos.

Há quantos anos estão em França?

Desde 1975, já lá vão 33 anos.

Os filhos nasceram lá?

Sim. Nascidos e criados em França. Entretanto, também já chegaram dois netinhos.

A nível económico, como decorreu a adaptação?

Foi muito difícil... O João ganhava 1000 francos de salário, pagava 600 de renda e 200 de carvão. Só sobravam 200 para viver... Era apenas o meu marido a trabalhar, eu cuidava da lide doméstica e nem sabia falar francês. Pouco tempo depois, fiquei grávida. Não foi fácil...

Com tantas dificuldades, não pensaram em voltar?

Não, porque em Portugal nem sequer havia trabalho.

Hoje em dia, pensam que a França tem melhores oportunidades de trabalho do que Portugal?

Lá também já estive melhor... Mas, quem quer trabalhar arranja trabalho, se não é numa coisa, é noutra... Todavia, antigamente, mal se deixava um, imediatamente se arranjava outro. Agora, já se pode andar cerca de meio ano sem conseguir nada.

Uma vez que ainda estão a trabalhar, quando se reformarem, pensam no regresso definitivo a Portugal?

Não... Não! Temos lá os filhos, os netos... Apesar de ter aqui a minha mãe e pessoas que nos são queridas, têm já muita idade, daqui a amanhã não há cá mais ninguém... Não digo que não venha cá de vez em quando passar umas temporadas! Tenho aqui uma casa, posso passar um mês ou dois de férias em Meimoa, mas, voltar de vez, não...

Está completamente adaptada à vida de França?

Completamente! Tenho mais anos de França do que tenho daqui. Tenho lá a minha vida, tenho lá a minha casa, tenho lá tudo... O que é que venho para aqui fazer? ☺

Sandra Vicente e Paulo Pinto

TESTEMUNHOS 8

Como da noite para o dia? Austrália, uma aposta ganha!



Armino e Maria José Guedelha, em 1990, decidiram pegar nos três filhos e arriscarem-se numa aventura pela terra dos cangurus, um país de imigrantes, onde as raças se confundem, em busca de uma vida melhor. Referem que “não foi nada fácil sair de uma aldeia tão pequena como Pedrógão de São Pedro e ir para uma cidade como Melbourne. É como a noite para o dia. Mas, foi a melhor opção que fizemos, foi verdadeiramente uma aposta ganha”.

O que é que fazem lá?

Armino: Eu trabalho na construção civil, sou empresário por conta própria.

Maria: Doméstica.

O que vos levou a emigrar para a Austrália? Não era mais fácil ir para França?

Armino: Tínhamos um irmão emigrado na Austrália, que veio facilitar a nossa ida.

Como é viver na Austrália?

É diferente da Europa. O obstáculo mais difícil foi a língua... Não é puramente inglês, é o chamado “inglês australiano”. Antigamente, podíamos ser um bocadinho discriminados, mas com este novo governo já não é tanto assim.

Têm vindo a Pedrógão todos os anos?

Não... A viagem não é barata e é muito cansativa. Estamos a falar de 30 horas de voo.... Em 18 anos, devemos ter vindo cá umas 10 vezes, mas nunca estamos três anos seguidos sem cá vir.

Economicamente, como é a vida na Austrália?

Quando fomos para lá, em 1990, a situação estava mais complicada, o país estava a atravessar uma recessão, mas depois começou a melhorar. Agora tem estado equilibrado.

Neste momento, é fácil lá arranjar emprego?

Neste momento, a imigração está fechada na Austrália, com excepção à entrada de pessoas qualificadas, e, mesmo assim, não é fácil. Lá recebem os imigrantes e têm que lhes dar todas as condições de sobrevivência e emprego... Ao fim de duas semanas na Austrália, eu estava a receber

do Fundo de Desemprego, dinheiro esse que dava para pagar a renda de casa, ter os filhos a estudar e ter uma vida razoável.

Como é que arranjam os papéis para emigrarem para a Austrália?

Tivemos que preencher um inquérito, com um sistema de cotação de pontos. Como tínhamos três filhos menores, conseguimos imediatamente mais pontos que muitos outros. Além disso, tivemos de fazer uma inspecção médica muito rigorosa e assistimos na Embaixada ao visionamento de um filme sobre a vida na Austrália. Explicaram que se recebe às 5^{as} feiras; ensinaram como se devia gerir o dinheiro para ter uma vida desafogada; e que se tem que cortar a relva à frente da casa, entre outras coisas. No final de todo o processo, fizeram questão de se certificar se mantínhamos a nossa decisão de emigrar para lá. Depois, uma empresa organizou toda a viagem, de tal forma que, quando fomos, já possuíamos um visto de residência permanente.

Disse que era empresário. Foi fácil começar com essa vida lá?

Foi. Trabalhei quatro anos numa empresa de construção civil, e depois criei a minha própria empresa no mesmo ramo. Foi só registar a empresa. Mas nada se faz lá sem um advogado. Todas as famílias têm um e é ele que trata de todos os assuntos legais e burocráticos das famílias. E podemos afirmar que a pior coisa que nós temos na Austrália é o consulado português!

Existe lá alguma Associação portuguesa?

Sim, eu sou sócio. As sextas-feiras são para os copos e para o bingo; os sábados e domingos são para as festas. E agora estamos a formar uma Associação nova, com o objectivo de construir um lar de idosos, sobretudo para albergar a primeira geração de portugueses que foi para lá.

Um dia, pensam regressar a Portugal?

Não está nos nossos horizontes, pelo menos por enquanto, a ideia de voltar. Os nossos filhos têm a vida na Austrália... Só mesmo se for obrigado a vir, ou se os meus filhos voltarem. ✿

Sandra Vicente e Paulo Pinto

TESTEMUNHOS 9

Gostava de apostar num investimento... mas em Lisboa!



Ilda Proença Marques Santo, natural de Pedrógão de S. Pedro, tem 43 anos e, desde 1989, que reside em Saint-Fons, em França. Tal como muitos dos nossos emigrantes, foi para terras gaulesas “para tentar ter uma vida melhor”, mas é com um amplíssimo brilho nos olhos que diz: “Sim, não sei quando, mas tenho vontade de voltar para Portugal”.

O que faz em França?

Já fiz tanta coisa... Já fui cozinheira... Neste momento faço limpezas. Estou empregada numa empresa de limpezas. O meu marido trabalha por conta própria. Tem uma empresa de construção civil.

Foi para lá sozinha?

Não. Fui com o meu marido e com a minha filha. O marido também é de Pedrógão.

Existem lá muitos portugueses, nessa área onde reside (Lyon)?

Existe uma grande comunidade de emigrantes em Lyon, provenientes de Pedrógão.

Foi para Lyon porque tinha conhecimento de que havia mais naturais de Pedrógão lá a residir?

Sim, havia pessoas daqui, mas essa não foi a maior motivação para irmos para França.

Eu estava sozinha a trabalhar aqui, o meu marido não podia trabalhar... O incentivo para emigrarmos até partiu de mim... E como até tínhamos lá família, a adaptação seria mais facilitada. No início, o marido nem queria ir, mas acabei por convencê-lo das oportunidades que nos esperavam. E fomos. Conseguimos os papéis necessários na prefeitura, naquela altura só se podia trabalhar por conta própria, e, pouco tempo depois, o meu marido estava a desenvolver o seu negócio. Mas foi difícil.

Costumam encontrar-se lá com outros portugueses em convívios?

Sim, mas não muito, porque lá trabalhamos bastante...

Mas existem associações portuguesas na sua zona?

Há muitas! Há lá mesmo ao pé de minha casa e tudo...

Vem todos os anos a Portugal passar férias?

Todos os anos.

Quanto tempo costuma vir de férias para Portugal?

Um mês... Às vezes, também venho uma semana no Natal. Este ano, por acaso, vim em Maio... Se não venho no Natal, venho em Abril ou em Maio.

Quando voltar, Pedrógão está nos seus horizontes?

Talvez não. Temos casa em Lisboa, e aqui não há muito trabalho...

Se viesse para Portugal, pretendia continuar a trabalhar?

Gostava de apostar num investimento... Mas em Lisboa.

E se houvesse aqui apoios? Voltava?

Voltava...! Era uma questão de procurar...

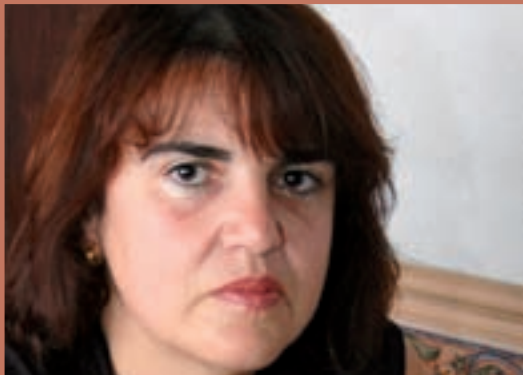
Quais são as maiores diferenças que notou nos dois países?

Os apoios na saúde lá são melhores. Felizmente, nunca tive problemas graves de saúde, porque nesse campo, mas não querendo criticar o nosso país, é muito mais fácil ser atendida lá do que cá.

Sente-se uma imigrante lá? Como é que o francês vê o português?

Não. Os portugueses são sempre bem recebidos.

Diogo Marques (pai da D. Ilda) é um homem de 77 anos, sempre com um sorriso nos lábios, e que ainda hoje dá as suas voltinhas de bicicleta por Pedrógão de São Pedro. Refere que, em 1967, emigrou para amealhar algum dinheiro, para que nada faltasse à mulher e aos três filhos. E revelou-nos a história da viagem: “Atravessei a fronteira de Espanha a pé, e o restante caminho foi feito de carro, partilhando a boleia com mais nove pessoas num Peugeot 404! A viagem demorou dois dias. Comecei a trabalhar a 7 de Março, no dia do meu aniversário. Ao fim de um mês, já tinha a papelada toda legalizada”.



TESTEMUNHOS 10

Ir para fora cá dentro

Uma migrante exemplar em Monforte da Beira

Teresa Freire, 39 anos.***Vinha apenas para acompanhar a família, mas nunca sentiu particular afinidade pela aldeia.******Todavia, com o avançar dos anos, os fins-de-semana em Monforte da Beira começaram a saber a pouco. Dava por si triste por ter de regressar à cidade nos domingos.******Aqui, conseguia encontrar o equilíbrio para todo o desgaste de ter de atravessar diariamente a Ponte 25 de Abril, desde Almada até ao seu local de trabalho, em Lisboa.******Como é que vem para Monforte da Beira?***

O meu marido é de Monforte, embora fosse muito pequenino quando foi viver para Lisboa. Casámos na capital e adquirimos esta casa na aldeia há uns seis ou sete anos. Era um imóvel extremamente degradado e que fomos recuperando exclusivamente com o objectivo de irmos passar pequenas férias e fins-de-semana.

Eu trabalhava nos CTT, na D. Luís em Lisboa e, na altura, surgiu o projecto das parcerias de estações de correio. Os CTT colocaram a concurso um conjunto de estações unicamente para trabalhadores da casa se poderem candidatar à gestão dessas empresas. A estação mais próxima de Monforte era a de Idanha-a-Nova. Comentei com o meu marido que era capaz de ser um projecto interessante. Acabei por me candidatar e fui seleccionada. Tive um mês para preparar a minha vida aqui, completamente sozinha. Só um mês e meio depois consegui a transferência dos meus filhos para escolas em Castelo Branco.

Sentiu muitas dificuldades em levar o barco por diante?

Tive de formar uma empresa. E isso implicou que as pessoas que estavam a trabalhar na estação tivessem de sair. Houve muita resistência e não foi nada fácil investir neste projecto. Depois, a própria empresa veio alterar determinadas cláusulas de comissões das condições de contratação iniciais, que se tornaram insustentáveis para um mercado pequeno como este. No entanto, e como não sou pessoa de desistir, aluguei uma loja em Idanha-a-Nova e montei um ciberespaço com papelaria, conjugando esta actividade com os correios. O negócio também não correu bem. Decidi rescindir o contrato de parceria, entrei para a estação da Sé de Castelo Branco e acabei por fechar a papelaria. Desisti de tudo em Idanha-a-Nova. Hoje em dia, sou responsável pela loja dos CTT da Zona Industrial de Castelo Branco.

E quando as coisas correram pior não pensou em voltar para Lisboa?

Eu tive a oportunidade de regressar a Lisboa, em Janeiro de 2007. Mas não podia voltar a fazer com os meus filhos aquilo que fiz quando vim para cá. Além disso, acabei por me adaptar ao meio, fiz novas amizades e criei projectos que quero levar por diante. Não posso afirmar que um dia não vou voltar para Lisboa. Contudo, não está nos meus projectos a médio prazo. Já me sinto filha da aldeia. E o mais engraçado é que o meu marido continua a trabalhar em Lisboa, só vem aos fins-de-semana ter comigo e com os miúdos.

Mas como se faz a passagem de um sentimento de indiferença em relação a Monforte para uma participação activa na vida da aldeia?

Quando temos uma certa idade, começamos a sentir necessidade de alguma serenidade e sossego, e este sítio é ideal para isso. Tem-se qualidade de vida; vai-se trabalhar à cidade, com o ritmo necessário, e depois regressa-se à paz no final do dia. Aqui temos uma convivência mais próxima com o outro, que não se consegue estabelecer nas cidades. As aldeias poderiam ser os dormitórios de quem trabalha na cidade. É claro que o objectivo não seria tornar as aldeias em cidades, senão deixariam de ser aldeias e perderiam as suas características. No entanto, penso que, se houvesse mais gente a passar pela experiência, até gostaria de aqui viver. Tenho o exemplo dos meus dois filhos que se adaptaram lindamente a esta vida.

A associação é o projecto em que se envolveu que mais demonstra o apego que já sente pela terra?

Eu vim para cá em Abril de 2005 e a associação “Aldeia em Movimento” surgiu logo em 2006. Estávamos na altura do advento e o Sr. Padre, na homilia, discursava sobre o apoio ao próximo. Eu olhei em redor e pensei: “que poderei eu fazer por esta gente?”. Cheguei à conclusão que, desde sempre, o que mais me choca aqui é a solidão das pessoas. Decidi fazer uma festa de Natal. Fizemos uma peça de teatro e foi um verdadeiro sucesso. Nem sei se o maior dia foi o da estreia da peça, ou se todos os outros em que nos reuníamos para ensaiar. Havia um motivo para as pessoas se juntarem e isso é muito importante nestes meios. Logo ali decidimos que não podíamos parar. Seguiram-se as Janeiras e o Carnaval. Mais tarde, registámos a colectividade. Hoje, desenvolvemos actividades para nos auto-sustentar e não queremos depender só dos outros. Neste momento, temos cerca de 350 sócios que contribuem para que a associação se mantenha viva, porque ela própria mantém viva as gentes desta terra. Em 2006, surge a Festa da Bica de Azeite, com o objectivo de amealhar dinheiro para sustentar a associação. Um conjunto de senhoras prontificaram-se de imediato para fazer bicas de azeite, convidámos uns grupos de música, montámos uma cozinha pequena para vender uns pratos e corri toda a região para angariar expositores. Superou em muito as nossas expectativas. As pessoas gostaram tanto do resultado que, no ano passado, foram elas próprias a pedir-me a continuidade do evento. Estamos agora com a terceira edição à porta, a 20 de Setembro. Toda a população local é bem-vinda para participar no projecto “Aldeia em Movimento”. As pessoas envolvidas estão sempre prontas para trabalhar. Eu estou nisto, porque as pessoas também estão, porque elas acreditam neste projecto e há muito ansiavam por algo do género. Ver a aldeia divulgada nos jornais por coisas boas é muito gratificante. ☘

Filipa Minhós

Foi mais ou menos assim que começou a conversa com o Euclides, estudante e Presidente da Associação de Estudantes cabo-verdeanos de Castelo Branco.

A primeira vez que nos encontrámos foi na sede da Associação, ali bem perto das Palmeiras, numa cave envolta em poeira.

O Euclides, de martelo hidráulico em punho, calção curto, estava branco de tanto pó acumulado sobre a pele. Estava metendo mãos à obra de renovação das velhas paredes da sede, auxiliado pelo compatriota Manuel José Soares. Caliça e entulho por toda a parte, lá pousou a alfaia e, atenciosamente, recebeu-nos para combinar um outro encontro, se possível com mais compatriotas.

No dia combinado, encontrámo-nos para conversar e jantar num restaurante das docas. Apareceram, para além do Euclides, o Arlindo Moreira, padeiro de profissão, natural da Ilha de Santiago, Município de Santa Cruz, casado, com duas filhas e oito anos de residência entre nós; o José Celestino, servente de obras com mulher e filhos em Cabo Verde e há seis anos em Castelo Branco; o Manuel José Soares, servente da construção civil, natural da ilha de S. Nicolau, dum lugar perto duma Aldeia que bem conhecemos chamada Hortelã, lá do alto debruçada sobre o porto do Tarrafal (Tarrafal de S. Nicolau que nada tem que ver com o outro de triste memória), onde até há bem pouco tempo não havia nem estrada, nem electricidade, nem água canalizada, mas havia duas salas de aula com mais de 50 crianças a frequentarem a instrução primária, com muito poucas possibilidades de irem além desse nível escolar. O “Manel Zé” é solteiro e está há oito anos em Portugal.

Em cavaqueira razoavelmente alimentada, lá nos foram lendo o seu rosário de íntimas dores, angústias e frustrações, em tom suave, fazendo questão de relativizar as dificuldades, sem deixar de expressar as dores d’alma, que, como sabemos, são sempre as mais difíceis de suportar!

“Lá na terra quando fazemos uma festa, os vizinhos vêm participar. Aqui, chamam a polícia! Falta-nos um espaço onde possamos mostrar o que significa “Morabeza”. Onde possamos sem sobressaltos nem repressões, dedilhar as nossas guitarras, deixar-nos sonhar ao embalo das nossas mornas, entre iguais, entre nós Cabo-Verdeanos em confraternização com os Portugueses com quem convivemos no dia-a-dia.

Somos emigrantes, mas somos pessoas. Somos de cores diferentes, mas somos pessoas, todos temos nome próprio e família. Lá na terra todos nos tratam pelo nosso nome, aqui somos apenas “pretos, cabo-verdeanos, africanos, sujeitos ruins”; aqui, cada um de nós tem que carregar e sofrer pelos pecados dos outros!

O que mais falta nos faz é apoio para nos sentirmos “entre iguais” e uma perspectiva de vir a poder dispor de um espaço para curtir o nosso viver”. ☘



TESTEMUNHOS 11

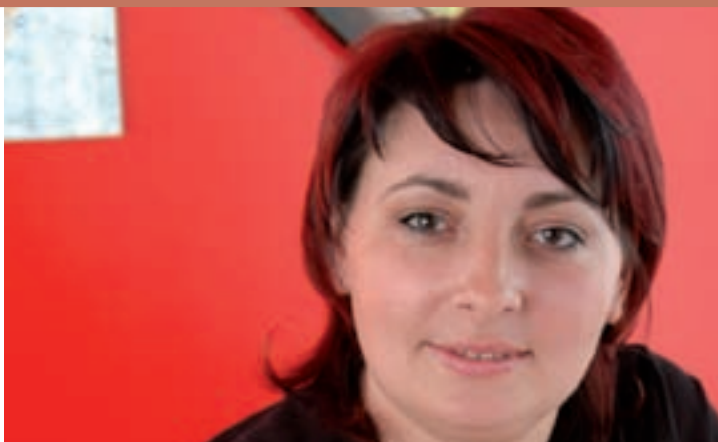
Lá na Terra todos têm nome... Aqui... somos cabo-verdeanos!

“Claro, ser Cabo-Verdeano é para nós uma grande honra, tanto como para qualquer natural desta terra o é “ser português”.

Mas, para além da nacionalidade, cada um identifica-se pelo seu nome, cada um é uma pessoa. O que nos entristece é que ninguém queira saber o nosso nome próprio, que ninguém queira conhecer a pessoa que somos, única em todos os aspectos, dos actos aos sentimentos.”

TESTEMUNHOS 12

Uma ucraniana bem portuguesa



*Tatyana Kondryeva, 32 anos
Casada, com uma filha pequena, um nível
de vida acima da média e uma carreira
profissional exemplar na sua área de formação
de cabeleireira. Aparentemente, nada na
vida de Tatyana apontava a saída abrupta de
Tchernivtsy, a sua cidade natal na Ucrânia.
Um dia, por desafio, o marido decide emigrar
para Portugal, mais precisamente para a
cidade de Castelo Branco. Bastaram oito meses
de separação, para que as saudades fizessem
Tatyana largar tudo para acompanhar o marido.
O primeiro dinheiro amealhado serviu para
trazer a sua menina que ainda se encontrava ao
cuidado de familiares na Ucrânia.*

Como é que foi a sua vinda para este país? Foi dolorosa ou facilmente se adaptou?

Quando cá cheguei, posso dizer que não foi paixão à primeira vista. A língua soava-me estranhíssima e pensei que nunca fosse capaz de aprendê-la. No entanto, passado pouco tempo, já dominava a língua. Comecei a familiarizar-me com o português através da televisão, de revistas, e pelo contacto directo com os meus clientes. Fora isso, a adaptação não custou. As pessoas são bastante simpáticas. Aliás, quando fico a trabalhar até tarde, as minhas vizinhas até me vêm trazer o jantar!

Não comecei logo a trabalhar na minha área. O meu primeiro trabalho foi como empregada de balcão. Só mais tarde entrei para um salão de estética a trabalhar por conta de outrem. Posteriormente, e como sempre fui uma pessoa profundamente interessada em conhecer toda a legislação e direitos deste ramo, consegui com muito esforço abrir o meu próprio negócio – sempre foi o meu grande sonho – com ajudas de financiamento no âmbito do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (PEOE), do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Quando diz que não foi amor à primeira vista, o que é que lhe custou mais?

O clima. Cheguei a Castelo Branco no dia 4 de Março de 2001. Estava a chover imenso. No meu país, o Inverno é com neve, mas com a chegada da Primavera o tempo

adoça e praticamente já não há chuva. E depois aqui as condições de habitação são totalmente diferentes da Ucrânia. Lá temos aquecimento central em todas as casas! De resto, hoje, já me sinto mais portuguesa do que ucraniana. Há tempos fui de férias para a Ucrânia e estranhei tudo. Sinto-me mais em casa aqui do que lá. Adoro estar em Castelo Branco. Eu já nem mantenho as tradições e rituais religiosos da Ucrânia. Adaptei-me aos costumes portugueses. A partir do ano novo, vou tentar pedir nacionalidade portuguesa.

Já não faz parte dos seus planos um dia regressar para Ucrânia?

Nunca se diz nunca, mas por enquanto não. Para além de eu gostar de viver aqui, a minha situação é bastante boa. Não é qualquer português que tem uma vida com tanta estabilidade como a minha. Nunca fui discriminada e tenho direitos iguais aos vossos. A minha filha, como veio muito pequenina, já fala mais português que ucraniano, e o meu filho mais novo nem sequer conhece a língua ucraniana. Como já nasceu cá, nem o ensinámos.

Castelo Branco foi a primeira cidade para onde vim e é aqui que quero estar. Não troco o sossego desta cidade por nada. É aqui que faço as minhas compras, é aqui que gasto o meu dinheiro. Estou a tentar comprar o meu próprio apartamento e quero ganhar raízes.

Os novos estão a ir embora, porque não há trabalho e ninguém quer investir aqui. A Tatyana veio de fora, está para ficar e veio provar que é possível ter uma boa vida na BIS!

É possível, basta querer. Isto está mal, porque toda a gente tem medo de tentar e vai para fora. Esta é uma cidade que vive quase exclusivamente do poder do consumidor, que agora, ainda por cima, está fraco. Aqui não se produz nada. E o que vejo é que as pessoas não querem trabalho. E trabalho há muito por aí. É só folhear os jornais. Eu estou há meses à procura de uma pessoa para vir trabalhar comigo e não há. Ou porque não querem trabalhar nos sábados, ou porque não querem fazer tantas horas... Eu trabalho muito, começo de manhã bem cedo e acabo quase de madrugada. Nós temos um espírito trabalhador ao contrário de cá. Chega o Verão, o que é que as pessoas querem? Praia e descanso. E neste ramo, o Verão é a época de maior clientela.

As valências do salão são cabeleireiro, depilações, depilação a laser (através de empresa externa), manicura e pedicura, unhas de gel. E se eu conseguir arranjar a pessoa certa para me ajudar, com certeza que vou apostar em mais serviços.

Sofre com a concorrência na área aqui em Castelo Branco?

Tenho muita concorrência, mas penso que a fidelização dos clientes é a chave para o sucesso. Ser altamente profissional, ter bom atendimento e simpatia são regras a cumprir sempre. Além disso, os preços acessíveis que pratico também são uma aliciante. E eu própria sou uma concorrência muito saudável. Até já me tem acontecido reencaminhar clientes para colegas minhas quando tenho a casa cheia.

Precisamos é de ter saúde. Como qualquer negócio, isto tem épocas melhores que outras. No próximo dia 28 de Outubro, o salão já vai fazer dois anos. ☀

Filipa Minhós



Lauro Moreira

Embaixador do Brasil

Junto da CPLP

Migrações no Âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

O tema das migrações, com suas diversas facetas, tem representado um grande desafio para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em seus 12 anos de existência. Os fluxos e refluxos de pessoas no espaço Comunitário, impulsionados pelas facilidades proporcionadas pela língua comum e pelas afinidades culturais, têm sido intensos, em seus múltiplos direcionamentos, gerando troca de conhecimentos e um poderoso fator de enriquecimento humano.

Apesar de não possuírem nenhuma contiguidade geográfica, e estarem espalhados por quatro continentes, os países da Comunidade, devido ao fluxo migratório, funcionam quase como se fossem uma região comum, tendo como base sólida e integradora a Língua Portuguesa, seu grande lastro e riqueza. Para a CPLP, este sentimento constitui o aspecto fundamental de sua existência e todos seus esforços sinalizam para a consolidação de um espaço em que seus cidadãos se reconheçam, se interajam, identifiquem valores e práticas comuns, não obstante a diversidade e as naturais disparidades existentes.

Este espaço comum proporciona o surgimento de uma série de dinâmicas integrativas da sociedade civil, que no âmbito da CPLP se confirma e se consolida com a instituição da figura do Observador Consultivo, hoje com algumas dezenas de organizações associadas, de diversas áreas de atividades. Esta contribuição participativa representa para a CPLP um instrumento que permite ultrapassar o campo de ação dos Governos, complementando os esforços desenvolvidos pelos Estados-membros em vários domínios. Existem, no momento, em franca atividade, redes de profissionais de Saúde, Educação, Agricultura, entre inúmeras outras, para o incremento da cooperação entre os Estados-membros e a integração de seus cidadãos.

Os temas da Cidadania e da Circulação de Pessoas no Espaço CPLP têm sido tratados com prioridade pela Organização. Mas as dificuldades para ações concretas são reconhecidamente ponderáveis. São elas provenientes sobretudo do fato de que alguns dos Estados-membros integram também outras organizações regionais ou sub-regionais, que possuem e impõem regras próprias e específicas a seus associados. Também a opção de determinados Estados pela adoção de instrumentos bilaterais de aprofundamento de suas relações, tem por vezes dificultado a implementação de Acordos no âmbito da CPLP. Não são raras as vezes em que a Organização se vê em dificuldades para compatibilizar seus princípios básicos – respeito à soberania dos Estados, não ingerência nos

É nesse contexto que a CPLP tem buscado sempre mecanismos que possibilitem a adoção de medidas capazes de facilitar a convivência e reforçar o conhecimento mútuo e amizade entre os povos de seus oito países.



assuntos internos, reciprocidade – com a adoção de medidas e projetos que visem alcançar os desejos de uma maior integração da Comunidade.

Vale ainda ressaltar a grande contribuição que os imigrantes podem dar a seus países de origem, enquanto agentes de desenvolvimento, com contribuições de transferência de recursos financeiros, tecnologias, conhecimentos diversos – bens muitas vezes escassos nesses países.

É nesse contexto que a CPLP tem buscado sempre mecanismos que possibilitem a adoção de medidas capazes de facilitar a convivência e reforçar o conhecimento mútuo e amizade entre os povos de seus oito países.

Desde 2002, ocasião em que foi criado o Grupo de Trabalho Alargado sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço CPLP, para atuar concretamente na busca desses objetivos, foram assinados nada menos que sete Acordos imigratórios, a saber: 1) Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico; 2) Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas; 3) Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída dos Aeroportos para o Atendimento dos Cidadãos da CPLP; 4) Acordo para o Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração; 5) Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP; 6) Acordo sobre a Concessão de Visto de Estudante da CPLP; e 7) Acordo de Cooperação Consular entre os Países da CPLP.

Este último foi assinado recentemente, por ocasião da XII Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Lisboa, em Julho passado, e prevê que os cidadãos comunitários possam recorrer a Representações diplomáticas de outros Estados-membros da CPLP em países estrangeiros, onde não haja Representações de seus países de origem.

Em processo de elaboração encontram-se o Estatuto de Cidadão da CPLP, que pretende ser um elemento facilitador da integração das comunidades migrantes e da circulação entre os Estados-membros, e o Observatório dos Fluxos Migratórios da CPLP, valioso banco de dados, dos oito países, sobre imigração legal e ilegal, documentos de viagem, legislação e estudos sobre o tema, contribuindo dessa forma para a crescente harmonização das políticas no âmbito da CPLP, cuja operação técnica será atribuída ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal. Aos Estados-membros da CPLP caberá a definição das políticas e metodologias aplicáveis ao Observatório, o qual disporá, ainda, de um canal de acesso ao público, a ser futuramente albergado no portal da CPLP.

Diante do exposto, vale ressaltar finalmente que, a despeito de alguns entraves cuja remoção não deverá ocorrer em um futuro previsível, não resta dúvida de que muito se tem feito no âmbito da CPLP para a maior aproximação, o aprofundamento do diálogo e a crescente integração entre os cidadãos lusófonos. ☸

Amândio Silva

Presidente da Associação Mares Navegados e membro da Comissão Coordenadora do Movimento Internacional Lusófono (MIL)



Algumas considerações sobre a e(i)migração em Portugal

Atravessamos um período muito grave no que respeita à tolerância ao diferente, até mesmo ao outro. A ferocidade do sistema de concentração económica dominante em grande parte do mundo, em vários quadrantes com completo desprezo pelos direitos ditos fundamentais do cidadão, até mesmo do ser humano, conduz a um insuportável clima de discriminação, de colossal abismo social, com consequências dramáticas cada vez mais evidentes no que respeita ao crescente número de famintos – mais de um bilião em recentes estatísticas oficiais – e proliferação de doenças, frequentemente de epidemias, que dizimam milhões e milhões, perante a indiferença generalizada, tanto dos que se alimentam todos os dias e estão minimamente abrangidos por algum sistema de cuidados com a saúde, como até dos que apenas sobrevivem, a maioria sem consciência de que são apenas menos excluídos.

É neste quadro sombrio que pretendemos inserir algumas considerações sobre a e(i)migração em Portugal. Avaliará o leitor que não se verifica em Portugal um cenário semelhante ao apresentado nas notas introdutórias. É verdade! Mas o clima interno é inevitavelmente influenciado por esse desequilíbrio brutal que está às nossas portas, de forma mais aguda em África.

Mesmo que houvesse vocação, sempre se alegrará que Portugal não tem recursos para protagonizar um papel relevante no mitigar do descalabro internacional, mas

qualquer seu Governo e a sociedade em geral têm absoluta obrigação de, no plano interno, se constituir num pequeno mas exemplar país de convivência pacífica multiracial, multicultural e multireligiosa. E essa obrigação é tanto maior, visto que o maior contingente de emigrantes a que demos acolhimento é de brasileiros e africanos de língua portuguesa, cujos países em conjunto com Portugal e Timor integram a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, face à qual a nossa primeira responsabilidade é de integrar fraternamente na nossa sociedade os cidadãos desses povos historicamente vinculados ao povo português.

De forma mais vincada durante os longos anos da ditadura, mas também depois do 25 de Abril, milhões de portugueses foram emigrantes, procurando uma vida melhor – impossível em Portugal – por todo esse mundo. Brasil e África, fora da Europa, ocuparam lugar de relevo como destino de emigração, apesar dos contextos diferentes das opções, visto que a África de língua portuguesa ainda era colónia. Lembremos ainda Canadá, Venezuela, os próprios Estados Unidos, no continente americano. A França, a Alemanha e a Suíça, na Europa. E o caso bem significativo do Luxemburgo, onde os portugueses chegaram a quase vinte por cento da população ativa.

Por isso, fui um dos proponentes da Petição do MIL – Movimento Internacional Lusófono contra a recente “Diretiva do Retorno” da União Europeia que não esconde



uma orientação pesadamente discriminatória. Permito-me transcrever a seguir partes do texto dessa Petição – o leitor terá acesso completo no site www.movimentolusofono.org – elucidativa da preocupação quanto à notória contradição que tal prática assumiria em Portugal e, portanto, de como a regulamentação interna deve minimizar e às vezes mesmo eliminar os aspetos mais negativos de tal Diretiva.

PETIÇÃO CONTA A “DIRETIVA DE RETORNO” E EM PROL DO “PASSAPORTE LUSÓFONO”

“No passado dia 18 de Junho, o Parlamento Europeu aprovou, por larga maioria, a “Diretiva do Retorno” relativa à deportação de emigrantes ilegais, lei que entrará em vigor em 2010, mas que mereceu já o veemente protesto de muitos países, nomeadamente do Brasil e de todos os países africanos de língua oficial portuguesa (Palops), nossos parceiros na CPLP.

O MIL rejeita essa Diretiva, que permite ou suscita todo o tipo de atropelos aos direitos humanos, ofende o espírito de tolerância e contradiz o universalismo do melhor da cultura portuguesa e lusófona, bem como a própria ideia do “encontro de culturas” que a União Europeia retoricamente celebra....

Por outro lado, somos cada vez mais um país de imigração, acolhendo pessoas das mais diversas proveniências, facto que é a nosso ver positivo.

O MIL compreende e aceita que os fenómenos migratórios tenham de ser regulados, mas essa regulação não pode ser ditada pela União Europeia, onde predominam interesses de certas nações, sem atender as especificidades de cada país.

Nessa medida, o MIL exorta os deputados da Assembleia da República a repudiarem essa Diretiva e a proporem uma outra que respeite os valores fundamentais da ética, os direitos humanos e a realidade concreta de Portugal e do mundo lusófono.

Em prol de uma política de emigração mais de acordo com a nossa realidade, o MIL propõe que se tomem medidas que assegurem uma progressiva autonomia no espaço europeu e se aposte, no médio prazo, na criação do “passaporte lusófono”, uma das grandes aspirações de Agostinho da Silva, que venha a permitir a livre circulação dos cidadãos em todos os Estados da comunidade lusófona....”

Impõe-se, portanto, uma vigilância de cidadania na defesa dos emigrantes, com serenidade e firmeza, cada vez mais necessária face ao recrudescimento de sentimentos xenófobos, agora mais evidentes, provocados por campanhas subliminares, quando não ostensivas, que atribuem aos emigrantes – veja-se por exemplo a sistemática carga contra os brasileiros na comunicação social dos últimos meses – a ocorrência de incidentes alguns da maior gravidade, que são fruto da inegável tensão que se vive atualmente em Portugal, com razões sociais e económicas muito mais complexas, mas que fica mais fácil atribuir aos emigrantes. Torna-se indispensável um maior rigor na avaliação do espectro da sociedade portuguesa. E uma isenção que não permita transformar os emigrantes em bodes expiatórios. O que levaria a conflitos de consequências desastrosas. ❀

Falar de emigração por dentro

“Contributos para a história da emigração portuguesa em França”

ANÍBAL DE ALMEIDA

Para quem já passou por França na condição de emigrante, o nome de Aníbal de Almeida não é estranho. Este é, sem dúvida, um dos emigrantes portugueses para França, que mais e melhor conhece a saga dos portugueses emigrados para o principal destino da nossa emigração.

Ao apresentar aos nossos leitores este novo colaborador, a VIVER sente-se honrada e agradecida pela colaboração que, a partir de agora, nos é e será prestada, certos de que todos teremos muito a aprender com a experiência deste homem que há mais de 40 anos dedica a sua vida profissional e pessoal, com paixão e rara tenacidade, à causa da emigração lusa.

Em França, desde 1965, onde chega já formado em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa, desde então tem acompanhado os sucessos e dramas da imensa colónia de compatriotas ali radicados, encontrando ainda tempo e energia para completar a sua formação em Ciências Sociais no Instituto Católico de Paris.

Nos anos sessenta, foi dos primeiros a assegurar “permanências de apoio e assistência” nostristementefamosos (*bidonvilles*) e, desde então, tem sido empenhado activista do movimento associativo dos emigrantes.



Na década de setenta, passou a integrar os serviços sociais da Embaixada Portuguesa em Paris, sempre na função de assistência à emigração, aí permanecendo até à aposentação em 2006.

Autor de variadíssima colaboração em diversos jornais, nomeadamente como activo animador do aparecimento e funcionamento do “Presença Portuguesa”, órgão que teve grande projecção entre a colónia. Estudioso metódico e persistente da questão da emigração lusa para França, com vários estudos publicados, entre os quais o último sobre “Os portugueses em França na hora da reforma”, obra que acaba de ser editada pela Santa Casa da Misericórdia de Paris, de quem é o actual Provedor, eis, em breves palavras, o perfil deste emigrante com História e experiências para nos contar.

Neste número, iniciamos a publicação de um trabalho que, por necessidade de paginação, dividimos em duas partes. Serão dois textos que julgamos darem importantes contributos para a compreensão da “História da Emigração Portuguesa em França”. ❁

Aníbal Almeida

Contributos para a história da emigração Portuguesa para França (Parte I)

ESTABELECIMENTO, EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PORTUGUESA

EMIGRAÇÃO A “SALTO, COM PASSAPORTE DE COELHO”

A seguir à última guerra mundial, os países mais industrializados da Europa passaram a constituir o principal destino da imigração portuguesa, designadamente a França, a Alemanha, o Luxemburgo, a Suíça, a Inglaterra, a Espanha, a Holanda e a Bélgica, para onde se dirigiram perto de dois milhões de pessoas no século passado, sobretudo na última metade¹.

Em plena juventude, com a sua força de trabalho e a sua coragem, unanimemente reconhecidas, contribuíram de forma decisiva para a reconstrução, a prosperidade económica, social e mesmo cultural desses países, com a sua expressão máxima durante os ditos «trinta gloriosos».

Foi a França que acolheu o maior número de portugueses, muitos dos quais em extrema fragilidade e penúria, resultante da situação de clandestinidade, tanto em relação à viagem como à entrada.

Com efeito, especialmente a partir dos anos cinquenta, o patronato francês manifestou um interesse particular pela mão-de-obra portuguesa, já considerada dócil, trabalhadora e ordeira, com base no exemplo daqueles que tinham chegado antes, a título de refugiados, de trabalhadores ou de soldados que participaram na primeira Guerra mundial.

Nessa altura as necessidades da França em matéria de mão-de-obra pouco qualificada eram importantes.

Esse facto, conjugado com a situação política, económica e social então vigentes em Portugal, concorreram para um êxodo sem precedentes, do qual resultou o despovoamento de certas regiões do interior do país, hoje confrontadas com graves problemas de envelhecimento e, consequentemente, de satisfação das necessidades de apoio à população sénior.

Todavia, tanto o organismo oficial francês com competência em matéria de imigração² como os intermediários do patronato, encontravam então inúmeras dificuldades para efectuar o recrutamento de trabalhadores portugueses e deparavam-se com muita demora na obtenção da autorização necessária para emigrar, a qual era recusada frequentemente, sob pretexto que o candidato não preenchia os requisitos previstos.

Esta atitude provocou a organização da saída do país em situação ilegal. Para o efeito, formaram-se redes de passadores que asseguravam a saída de Portugal e a travessia de Espanha, assim como a entrada em França, mediante o pagamento de somas que, regra geral, eram exorbitantes.

Apesar de muitos dramas ocorridos e da repressão policial invulgar de que foram alvo, estas redes tornam-se rapidamente operacionais e eficazes, aproveitando as vias utilizadas pelos contrabandistas bascos para atravessar os Pirinéus e que tinham adquirido alguma experiência na passagem de homens ao ajudarem os militantes políticos perseguidos pelo franquismo a fugirem para França.

É a emigração clandestina, a « salto », com “passaporte de coelho », como então diziam.

¹ No portal “Portugal em Linha”, na rubrica “população portuguesa e de origem portuguesa residente no estrangeiro”, é referido que, em Maio de 1999, segundo estimativas do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, o número de portugueses residentes em países da Europa totalizava 1 386 292. Se acrescentarmos aqueles que trabalharam nesses países durante períodos mais ou menos longos e que só em França são mais de 600 000, como indicado no capítulo “beneficiários da CNAV nascidos em Portugal”, ultrapassam-se certamente os dois milhões.

No importa donde se nace;
lo que importa es donde se lucha



Este movimento atingiu proporções extremamente importantes nos anos sessenta e setenta, particularmente até 1974. Muitos milhares de portugueses optaram por essa solução (cerca de metade dos efectivos), não obstante as consequências daí resultantes: vulnerabilidade à exploração sob as mais diversas formas por parte dos intermediários e dos próprios empregadores, desrespeito da dignidade humana, não declaração aos organismos franceses de Segurança Social, alojamentos insalubres, não cumprimento das normas de segurança no trabalho, postos duros e mal remunerados.

A emigração clandestina era então considerada crime pela legislação portuguesa então vigente, punida com pena de prisão, tanto em relação aos passadores, como aos próprios emigrantes.

Aqueles que saíam por essa via, sem passaporte, corriam o risco de serem presos se voltassem à terra, o que, com alguma frequência, dava origem a situações dramáticas, muita angústia e sofrimento, como, por exemplo, por ocasião do óbito dum familiar próximo ou outros eventos importantes. Esta situação levou muitos a entrarem como antes tinham saído: clandestinamente.

Em Dezembro de 1968, foi decretada uma primeira amnistia e uma segunda em Novembro de 1969. A emigração clandestina deixou de ser considerada crime e passou a ser classificada delito, punido apenas com multa³.

Em Julho de 1970, os Consulados portugueses passaram a ter competência para receber a referida multa e emitir passaporte aos clandestinos, desde que comprovassem que tinham o serviço militar em regra, sob apresentação da então famigerada

licença militar. Os desertores, os refractários e os compelidos tiveram que esperar a mudança do regime, em 1974, após algumas peripécias⁴.

Nos primeiros anos da emigração clandestina as autoridades espanholas perseguiam os portugueses que não se encontravam em regra. Quando apanhados, eram detidos, julgados e condenados a penas de prisão. Cumpridas essas penas, eram acompanhados sob escolta até à fronteira portuguesa e entregues à polícia, sendo novamente julgados e condenados.

Por meados da década de sessenta, certamente em consequência do aumento significativo do número de detenções e dos custos resultantes com a procura, detenção, julgamento e condução à fronteira portuguesa dos clandestinos, as autoridades espanholas adoptaram uma atitude tolerante e ordenaram que fossem dados salvo-condutos, autorizando os titulares a viajarem até Irun.

As autoridades francesas, pressionadas pelo patronato que estava interessado na mão-de-obra portuguesa, regra geral, aceitaram sem grandes restrições a entrada dos que chegavam sem passaporte e, frequentemente, mesmo sem qualquer outro documento de identidade. Quando as autoridades espanholas passaram a dar salvo-condutos até Irun, decidiram emitir também, desde Hendaye até à localidade indicada como destino final.

Estas medidas e a certeza de que a França aceitava a regularização da situação dos indocumentados, favoreceram a saída de Portugal de muitos daqueles que, de outro modo, não poderiam fazê-lo por serem analfabetos ou não terem, pelo menos, o diploma do exame da terceira classe. Era um requisito necessário para sair legalmente, com «passaporte de emigrante», então a vigorar e que era distinto do «passaporte de turista», cuja concessão obedecia a várias condições restritivas e a averiguação policial, particularmente nos casos suspeitos. Além disso, os titulares deviam efectuar o depósito dum caução de 5 000 escudos quando saíam do território nacional. Esse montante representava, na altura, uma soma importante, reembolsada apenas se o regresso se verificasse nos três meses que se seguiam⁵.

PARTIRAM DE TODO O PAÍS MAS A BEIRA INTERIOR FOI MAIS ATINGIDA

A emigração clandestina para França desenvolveu-se nos anos cinquenta nos Distritos de Guarda, Castelo Branco, Leiria, Bragança e Viana do Castelo⁶. As fronteiras eram atravessadas nas localidades de Valença, de Chaves e de Vilar Formoso. Os primeiros e maiores bairros de lata de portugueses na Região Parisiense eram constituídos principalmente por originários de Leiria/Minho/Trás-os-Montes, no que diz respeito ao de Champigny e da Guarda/Castelo Branco no que concerne o de «Francs Moisins», em S. Denis⁷.

Num estudo realizado em 1983⁸, Jacques Delorme fez estimativas com aplicação «das taxas médias entre a emigração legal e clandestina» por distrito de origem, «a fim de obter uma estimativa realista».

- 2 ONI – Office Nationale d’immigration, hoje transformado no OMI – Office des Migrations Internationales, foi criado pela «Ordonnance» de 2 de Novembro de 1945, estrutura com o monopólio em matéria de imigração e o objectivo de controlar os fluxos migratórios, devendo recrutar, encaminhar e acolher os trabalhadores estrangeiros e os seus familiares. Em 1964 foi criada uma delegação deste organismo em Lisboa, a qual foi encerrada em 1988 em consequência da adesão de Portugal à C.E.E.
- 3 Decretos-Lei n.º 48 783 e N.º 49 400, respectivamente de 21 de Dezembro de 1968 e de 24 de Novembro de 1969.
- 4 Decreto-Lei n.º 347/70 de 25 de Julho de 1970.
- 5 Decreto-Lei n.º 39793, de 6 de Setembro de 1954
- 6 Christian Rudel, Les “Saint Jacques de la Misère”, 6, La Croix, 4 novembre 1966.
- 7 Aníbal de Almeida, Les Portugais au Francs Moisins, Un Bidonville est-il un domicile?, L.P.S., Saint Denis, 1968 e Marie-Christine Volovitch-Tavares, Portugais à Champigny, le temps des Baraques, Autrement, Abril 1995, pp.55
- 8 Delorme Jacques, Le Portugal et ses Immigrés en France: Étude des Effets Retour, Ambassade de France au Portugal, Lisbonne, Décembre 1983.

Concluiu que, entre 1960 e 1982, partiram para França 1 030 000 portugueses, 423 969 legalmente (41,14%) e 606 586 clandestinamente (58,86%).

Nesse estudo apresenta a repartição por Distrito. Os maiores contingentes nos 22 anos em consideração, verificaram-se nos seguintes: Braga – 144 443, Leiria – 109 035, Porto – 107 841, Viana do Castelo – 84 535, Castelo Branco – 80 416 e Guarda – 75 418.

Entretanto, foi no Distrito da Guarda que o número de partidas atingiu a maior percentagem em relação à população total, residente em 31/12/1977, ou seja, 34,45%. Seguem-se os Distritos de Castelo Branco – 32,62%, Viana do Castelo – 32,48%, Leiria – 26,46%, Bragança – 20,88% e Braga – 20,52%. Os restantes Distritos contam todos menos de 15%.

Dados da Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas⁹ referentes ao período em consideração (1960 a 1982), indicam totais idênticos: 1 029 743, dos quais 424 027 legais (41,2%) e 605 716 clandestinos (58,8%).

Sabendo-se que a maioria desses emigrantes tinham menos de 35 anos quando partiram, é flagrante a incidência no envelhecimento da população das localidades de origem, situadas sobretudo no interior de Portugal. Dado não terem beneficiado da criação de empregos em número suficiente para fixar as populações jovens, a situação dessas regiões foi-se agravando, em seguida, com as migrações internas para a capital e para a orla litoral que beneficiaram de maior desenvolvimento.

FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DA COMUNIDADE PORTUGUESA EM FRANÇA

A formação da Comunidade portuguesa em França, na sua composição actual, é, por consequência, relativamente recente, embora as primeiras referências estatísticas relativas à presença de portugueses em França apareçam no último quartel do século XIX. Nessa época trata-se sobretudo de artistas, intelectuais e refugiados políticos que procuram escapar às guerras liberais que preludivam a implantação da República em 1910.

O fluxo de trabalhadores é então esporádico e ocasional. Pode dizer-se que o movimento é institucionalizado pela convenção luso-francesa, que foi assinada a 28 de Outubro de 1916, no âmbito do esforço de guerra, a qual previa a entrada em França de 13 800 trabalhadores portugueses para a agricultura e para a indústria. Dos que vieram para França nesse contexto, 6 800 não teriam regressado no termo do contrato e um núcleo importante fixou-se em Champigny e nas comunas limítrofes¹⁰. Segundo o recenseamento geral da população de 1921, o total de Portugueses com residência em França nesse ano era de 11 000 indivíduos¹¹. Além dos trabalhadores vindos no quadro da convenção de 1916, esta população conta ex-militares sobreviventes dos contingentes portugueses que combateram em França durante a primeira guerra mundial e decidiram permanecer a seguir ao

armistício, assim como pelos familiares ou amigos da aldeia que uns e outros recomendaram aos respectivos patrões.

Devem-se acrescentar ainda alguns nacionais monárquicos que se exilaram depois da implantação da República em 1910. A seguir a 1926, são os republicanos que partem para fugir ao Estado Novo instaurado por Salazar.

Em 1931 eram 49 000 os portugueses residentes em França, mas apenas 28 000 em 1936. A baixa verificada resultou da crise económica do final dos anos vinte e da movimentação social que levou à Frente Popular. Em 1954 eram 20 085¹². Em seguida, as chegadas retomaram com alguma intensidade nos últimos anos da década de cinquenta.

Todavia, foi sobretudo a partir de 1963 que aumentou fortemente o volume das entradas, tanto pela via legal como pela clandestina. Em 1962, havia 50 010 portugueses em França, 296 448 em 1968 e 758 925 em 1975¹³.

Em seguida, não se verificaram modificações significativas. Segundo o recenseamento de 1999 os portugueses e os franceses de origem portuguesa (nacionalizados) totalizavam 788 737 indivíduos.

Em consequência disso, pode afirmar-se que, grosso modo, os regressos foram compensados pelas novas chegadas, ao longo de todos estes anos.

Foi, portanto, sobretudo a partir de 1960 que se formou a Comunidade Portuguesa em França, tendo em seguida chegado bem mais de um milhão de portugueses, como é confirmado por dados fornecidos pela CNAV¹⁴, uns tendo permanecido e outros regressado à terra natal, após períodos de trabalho mais ou menos longos.

Nessa época, o fluxo de emigrantes portugueses era encarado pelas autoridades francesas e pelo patronato sob o prisma de «força de trabalho», disponível, sem tradições sindicais, pouco reivindicativa, disposta a aceitar salários baixos e a fazer muitas horas.

Muitos dos que então pretendiam partir ou iam chegando beneficiavam da ajuda dos que já se encontravam em França, embora, frequentemente, mediante remuneração. Com efeito, encontravam-se completamente abandonados pelas autoridades portuguesas – tendo mesmo o sentimento de serem perseguidos por estas. Mas as autoridades francesas também não tinham previsto estruturas de acolhimento satisfatórias.

Na maioria dos casos vinham do meio rural, sem qualificação nem experiência profissional, o que não impediu que a maioria realizasse o projecto pessoal que levou a tomar a decisão de emigrar, em muitos casos clandestinamente.

Conseguiram emprego sobretudo nas actividades que requeriam mão-de-obra abundante e com pouca qualificação: construção civil e trabalhos públicos, produção industrial (sobretudo automóvel e electrodomésticos), agricultura, serviços de higiene e limpeza, empregos domésticos, construção/reparação de vias de comunicação (particularmente dos caminhos-de-ferro), trabalhos florestais e minas, em menor grau.

Neste contexto, sobretudo nos primeiros anos após a chegada a França, são frequentes as mudanças

9 Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, Lisboa, 1985.

10 Marie-Christine Volovitch-Tavares, *Portugais à Champigny, le temps des baraques*, Autrement, HS n°86, Avril de 1995, pp. 20/30-.

11 Recensement Général de la Population de 1982, *Les Étrangers, Migrations et Société*, INSEE, La Documentation Française, pp.17.

12 Idem, pp 17/20

13 Idem, pp. 20

14 CNAV – Caisse Nationale D'assurance Vieillesse, regime geral do seguro de velhice francês dos assalariados da indústria, do comércio e dos ser.



sucessivas de patrão, em busca de melhores condições de emprego e de remuneração mais elevada. Após a chegada, dominava a preocupação de encontrar alojamento (frequentemente nos bairros de lata da periferia das aglomerações urbanas industrializadas), de conseguir emprego, de obter as autorizações de residência e de trabalho, de se habituar aos transportes públicos, de se adaptar à nova sociedade, de se movimentar num espaço desconhecido, de aprender os rudimentos elementares da língua francesa e de angariar poupanças, não só para enviar à família mas também para realizar outros projectos que concorreram para que fosse tomada a decisão de partir.

PROJECTO DE EMIGRAÇÃO TEMPORÁRIA QUE SE TORNOU DEFINITIVA PARA MUITOS

Nos anos sessenta e setenta do século passado, predominava a ideia de que os movimentos migratórios intra-europeus eram temporários. Este princípio do discurso oficial era adoptado, tanto pelos países de acolhimento como pelos de origem. Os trabalhadores não tinham vocação a permanecer, mas a regressar.

Ao chegarem a França, muitos pensavam ficar apenas o tempo considerado necessário e suficiente para ganharem o que pensavam indispensável para realizar certos projectos, particularmente a aquisição ou o arranjo da casa, a compra de alguns bocados de terreno ou a criação de um comércio. Em intenção, este período, geralmente, não era superior a cinco anos. Mesmo aqueles que tinham deixado Portugal clandestinamente esperavam

que as disposições legais seriam modificadas de modo que não continuassem a ser penalizados. As difíceis condições de vida em que se encontravam, conjugadas com as dificuldades da instalação e da adaptação a novos modos de vida, contribuíam fortemente para confortar essas intenções.

Todavia, o regresso ia sendo adiado à medida que o tempo ia passando, que a inserção se ia efectuando e que apareciam novos projectos, como a aquisição dum veículo automóvel que supunha a obtenção duma carta de condução.

Alguns anos depois, o regresso sonhado não se tendo realizado na maior parte dos casos, optaram pelo reagrupamento familiar, com particular intensidade de 1969 a 1973. Chegaram famílias inteiras, por vezes com os próprios ascendentes do trabalhador ou do cônjuge, os quais, em muitos casos, apesar de idosos, acabaram por exercer uma actividade profissional, frequentemente não declarada.

A chegada da família deu origem a novas preocupações, principalmente à busca de alojamento fora do «bidonville» e dos bairros insalubres ou dos «foyers» (lares de trabalhadores) que, em muitos dos casos, eram abarracamentos para homens, sem condições. Além disso, este movimento implicou a resolução de problemas de ordem diversa nas áreas da maternidade, dos cuidados de saúde, da segurança social, dos abonos de família, da inserção familiar na nova sociedade, da escolaridade dos filhos e do trabalho feminino.

É de referir que arranjar alojamento em França, era, nessa altura, tarefa difícil, dada a penúria então verificada, em consequência das destruições ocasionadas pela guerra e do atraso na construção de novas unidades habitacionais. Daí resultou o recurso a uma barraca no «bidonville» ou aos apartamentos nos bairros insalubres, à medida que os franceses se iam realojando em melhores condições e os deixavam.

A chegada de muitas crianças e de muitos adolescentes, consequência do reagrupamento familiar, contribuiu para o rejuvenescimento da Comunidade Portuguesa, já acentuado em consequência do grande número de jovens vindos precedentemente, entre os quais muitos em fuga ao serviço militar e às guerras coloniais em África, cujo total se aproximaria dos 110 000¹⁵.

Em 1975, segundo os resultados do Recenseamento Geral da População francesa, o total de Portugueses em França era então de 758 925, dos quais 276 460 com menos de 17 anos de idade, ou seja 36,4%¹⁶.

Com o reagrupamento familiar ou a constituição duma família já em França, o projecto de emigração temporária, tornou-se definitivo para a maior parte ou, pelo menos, de longa duração, embora sejam muitos os que regressaram.

Assim, concluída a instalação e resolvidas as principais questões de ordem administrativa, entrou-se na fase da promoção social, profissional, formativa e cultural, com forte mobilização e empenho para a organização do ensino da língua portuguesa aos filhos.

Quando o chefe de família chegava a França, normalmente sozinho, tinha a preocupação dominante

15 Les Déserteurs Portugais en France, Témoignage Chrétien, Paris, 24 mars 1972, pp.3.

16 Les Étrangers au Recensement de 1975, Ministère du Travail, Migrations et Société, La Documentation Française, 2ème trimestre 1977, pp 51 e 60.



de ganhar o máximo de dinheiro e de economizar para o sustento da família que ficou na terra mas também para o pagamento de dívidas contraídas. Em seguida, foi para fazer ou reparar a casa e depois para comprar um veículo automóvel.

Assim, com frequência, a preocupação de poupança sobrepôs-se a outros valores, designadamente à formação e ao rigor na declaração à segurança social de todo o tempo trabalhado, em detrimento da futura reforma. Os filhos acediam ao mercado de emprego desde que terminavam a escolaridade obrigatória para que entrasse mais um salário no lar e, no trilha dos seus progenitores, começavam a actividade como aprendizes ou trabalhadores sem qualificação, progredindo com a prática adquirida e evoluindo no interior da empresa.

As redes organizadas das relações sociais no seio da Comunidade Portuguesa, designadamente as redes familiar, associativa e de vizinhança, desempenharam uma função importante, ajudando os jovens que entravam no mercado do trabalho a encontrar emprego, contribuindo para que, dum modo geral, a Comunidade beneficiasse numa situação de quase pleno emprego, atenuando os riscos de inactividade dos não qualificados ou pouco qualificados.

Apesar disso, verificaram-se progressos importantes na melhoria das qualificações profissionais, da evolução das categorias socioprofissionais e das formações iniciais. Por outro lado, um número crescente de jovens, não querendo fazer os mesmos trabalhos que os pais, começaram a prosseguir formações profissionais qualificantes e estudos superiores longos, nas diferentes áreas.

VIDA ACTIVA E PROFISSIONAL

Com base no recenseamento de 1999 e de outros anteriores, o estudo “Duas Décadas de Presença Portuguesa em França”¹⁷, apresenta o panorama da população portuguesa neste país. São os dados neles contidos que servem de fundamento à análise que se segue, relativa aos activos, nos diferentes aspectos. É evidente que as categorias socioprofissionais ou o tipo de empregos ocupados, não deixam de ter influência no nível das reformas.

Assim, os portugueses activos em França atingiam o total de 516 683 (mono e binacionais), o que representa uma taxa de actividade extremamente elevada, de cerca de dois terços da população total, a saber: 72%. Esta taxa era de 55,2% da população francesa e de 56,4% para o conjunto dos estrangeiros.

Esta elevada percentagem, resulta sobretudo da actividade profissional das mulheres portuguesas, cuja taxa é da ordem de 65,5%, enquanto que a das mulheres francesas é de 44,2% e a do total das estrangeiras de 45,1%.

Eram 17 050 (3,3%) os portugueses com mais de 65 anos que continuavam a trabalhar (1,2% dos franceses e 2,6% do total de estrangeiros). No extremo oposto, a taxa de actividade dos jovens portugueses de 15/20 anos é também elevada: 12,6%, enquanto a média geral dos franceses e estrangeiros é apenas de cerca de 8%.

É de assinalar que os jovens portugueses deste grupo etário são os que mais cedo abandonam o universo escolar, mas são também os que menos são atingidos pelo desemprego: 14,7%, contra 27,6% dos franceses e 35,5% dos estrangeiros. Não se deve esquecer que a Comunidade Portuguesa regista as taxas mais reduzidas de desemprego em França, situação que se verifica desde sempre, embora tenha havido um certo aumento nos anos oitenta e em seguida.

A distribuição da população portuguesa activa em França por sector de actividade, segundo os resultados do recenseamento de 1999, era a seguinte:

- primário: 2,6% - 3,4% em 1982,
- indústria: 18,2% - 30,5% em 1982,
- construção civil: 21,2% - 30,5% em 1982,
- terciário: 58% - 36,5% em 1982.

Era assim a repartição por categorias sócio profissionais:

- 1.607 agricultores independentes (480 em 1982),
- 20 866 artesãos (4 260 em 1982),
- 6.736 comerciantes e assimilados (740 em 1982),
- 1.930 empresários com mais de 10 assalariados (120 em 1982),
- 820 profissões liberais (40 em 1982),
- 3.714 quadros da função pública, intelectuais e artistas (440 em 1982),
- 8.137 quadros das empresas privadas (520 em 1982),
- 10.116 profissões intermédias do ensino, saúde e função pública (920 em 1982),
- 17.105 profissões administrativas e comerciais das empresas (1.460 em 1982),
- 9.852 técnicos (1520 em 1982),
- 13.506 contramestres e encarregados (5.228 em 1982),
- 28.414 empregados da função pública (8.320 em 1982),
- 24.526 empregados administrativos das empresas (15 600 em 1982),
- 19.899 empregados de comércio (7.200 em 1982),
- 87.025 empregados de serviços directos a particulares (44 980 em 1982),
- 145.384 operários qualificados (104.220 em 1982),
- 103.308 operários não qualificados (166.980 em 1982),
- 10.159 operários agrícolas (12.540 em 1982),
- 3.019 desempregados que nunca trabalharam (5920 em 1982).

Ao longo dos anos registou-se uma evolução positiva, resultante da qualificação e promoção profissionais progressivas, bem como da evolução imposta pela generalização das novas tecnologias que, além doutras consequências, levaram ao reajustamento de certas categorias socioprofissionais, como foi o caso da mão-de-obra indiferenciada (“manobras”) ou ao seu desaparecimento, como foi o caso dos OS (“ouvriers spécialisés”).

Muitos, entretanto, mudaram de ramo de actividade e as qualificações profissionais progrediram de forma sensível. Apesar disso, os operários continuam a representar mais de metade dos efectivos, dos quais 40% de não qualificados (20% do total de activos), além dos 87 025 (16,8%) que trabalham nos serviços directos a particulares, ocupação que também não exige qualificação. Esta categoria teve um aumento significativo dos efectivos, mais 42 045 em relação a 1982. Conclui-se que os portugueses em França são os que começam a trabalhar mais cedo e que menos sofrem o desemprego, mas continuam com uma proporção elevada de não qualificados ou pouco qualificados, o que tem como consequência auferirem salários menos elevados. ❁

17 Duas Décadas de Presença Portuguesa em França, Análise da Evolução Socio-económica da Comunidade (1982/1999), Jorge Portugal Branco, Embaixada de Portugal, Paris, 16 de Setembro de 2002.

Ana Paula Fitas

Doutora em Ciências Sociais – Estudos Portugueses

Cultura Portuguesa do século XX

Do Fenómeno Migratório à Revitalização do Mundo Rural



A desertificação do mundo rural é um problema que se coloca cada vez com mais frequência quando se pensam as questões do desenvolvimento quer em termos nacionais, quer em termos regionais; na realidade, como se não bastassem as assimetrias estruturais entre as regiões e particularmente entre a faixa litoral onde se situam as grandes cidades, constatamos que a nossa representação da interioridade nacional se vai alargando progressivamente da fronteira para o centro... de Trás-os-Montes às Beiras e ao Alentejo assistimos agora aos problemas colocados pela desertificação e pelo envelhecimento populacional um pouco por todo o lado... e, bem vistas as coisas, talvez já só o Minho, a Beira Litoral, a Estremadura e a faixa marítima do Algarve não integrem o território que, em Portugal, se vê abandonado, despovoado e em crise.

O problema é contudo mais vasto... A desertificação atinge hoje, não só Portugal, mas toda a Europa e, diria sem medo de errar, todos os continentes... porque em todos os países europeus e nas regiões designadas “*ultra-periféricas*” (ilhas mais ou menos afastadas dos continentes e nacionalidades que as lideram) nos deparamos com o mesmo problema: as pessoas abandonam as regiões rurais e concentram-se nas grandes cidades... assim surgem as imensas, monstruosas e desumanas metrópoles onde, como na Índia, as pessoas se mutilam para terem o aspecto de autênticos

mendigos despertando a compaixão ou onde, como entre a população romani que desce da Europa Central para os países considerados mais ricos, se desenvolvem técnicas de mendicidade que, por mais explicações racistas que se desenvolvam, significam sempre a desesperada saída da fome e da sobrevivência...

O facto é que a chamada Globalização, esse deslumbramento tecnológico que levou os poderes económicos e políticos a acreditar que aumentariam sem limite os seus impérios e que a sociedade seguiu fascinada com a tecnologia da informação, criou ilusões ópticas cujos efeitos imprevisíveis, a sociedade não sabe – ou, pelo menos, tem sérias dificuldades – em resolver ou minimizar... os arautos do capitalismo, do mercado e da libertação do papel do Estado começam agora a ficar assustados... os custos sociais da exclusão galopante que vai ceifando a população activa em todos os países do mundo tornam-se incomportáveis para um sistema financeiro habituado a margens de lucro que não previram cobertura para a gestão do seu próprio sistema de manutenção... e o preço a pagar chama-se: cidadania, pessoas, seres humanos!

O abandono dos campos e a desvalorização da representação sócio-cultural do mundo rural levou à desertificação de grande parte do território planetário... Não estamos, ao contrário do que nos querem fazer acreditar, num



mundo com falta de espaço para habitar e viver... estamos num planeta ocupado de forma desequilibrada!

Retomar a reflexão sobre a desertificação do mundo rural é uma emergência... constatei-o recentemente ao verificar que até as aldeias dos Alpes estão agora desabitadas, enquanto a floresta avança por falta de cultivo de uma população que não há e as montanhas permanecem silenciosas a aguardar bárbaros humanos que as utilizam para desportos de Inverno sem outro cuidado que não seja a sua utilização com benefício de empresários e proprietários sem outras preocupações, sociais ou ambientais, além da obtenção de lucros líquidos e imediatos...

Falamos da mesma desertificação que assola os nossos campos... das montanhas às planícies, o problema é o mesmo – um problema de representação dos espaços, de valorização ficcionada do urbanismo ou, em rigor, um problema da representação dos investidores que incentivam e proporcionam o desenvolvimento destas representações e valores... porque é o problema do emprego, do trabalho e do desemprego que atravessa todas as sociedades... se houvesse trabalho, as pessoas não se iam embora... porque o trabalho dá riqueza e a riqueza permite o crescimento... Se as sociedades contemporâneas não resolverem os problemas do emprego e conseguirem redistribuir os cidadãos pelo espaço físico disponível em cada país, repovoando o mundo rural, dificilmente poderemos acreditar que o mundo se pode tornar um mundo melhor para viver.

Falamos de desertificação quando pensamos na desmineralização dos solos, embranquecidos pelo excesso de uso e a falta de cuidados que agrava o seu abandono agrícola ou quando equacionamos os efeitos da extensão progressiva

do deserto norte-africano que atinge o Magrebe, Marrocos e Argélia em particular e o sul europeu mediterrânico, português, espanhol, italiano e grego... falamos de desertificação humana quando percebemos a dimensão da emigração e quando nos damos conta do constante fluxo migratório das populações para as cidades, em busca de emprego e melhores condições de vida.

Porém, como nada do que é dado a pensar ao ser humano é insolúvel podendo apenas ser complexo ou difícil, teremos que encontrar soluções para o problema e, muitas vezes, as soluções apresentam-se sob formas menos evidentes, mas plausíveis na sua concepção e viáveis na sua execução. Nestes casos, depende contudo da consciência e da capacidade política dos protagonistas do poder local, regional e nacional a possibilidade de transformar em realidade o que se propõe a título de sugestão. Houvesse coragem e determinação política e poder-se-ia ter uma sociedade mais capaz de integrar as problemáticas do nosso tempo como formas positivas para a sua revitalização... Refiro-me, neste caso, aos fenómenos migratórios, designadamente, os que se referem à imigração e à emigração... porque, segundo a mesma lógica que nos diz que só emigra quem não tem trabalho ou condições de vida condignas, é igualmente verdade que, ao existir trabalho, as pessoas fixam residência e integram a vida social dos espaços em que a fixam.

Imigração e Emigração são hoje um fenómeno transversal, constante e cuja tendência regista um crescimento cujo fim não é, de modo algum, previsível; aliás, quanto maior for a crise económica e financeira mundial, mais atingidos serão todos os países e mais intensos serão os processos



migratórios... negar ou encarar esta realidade com medidas proibitivas ou persecutórias é “meter a cabeça na areia” e contribuir para o acentuar da violência social, da exclusão e do autoritarismo. Rejeitar e condenar a emigração nela projectando as causas dos nossos problemas (desemprego, delinquência ou criminalidade) é alimentar racismos e xenofobias que apenas servem interesses políticos de minorias que acreditam no autoritarismo e na repressão. Enfrentar o problema é encará-lo com realismo e inteligência, perspectiva que nos é devida pela condição da nossa própria natureza humana.

Na verdade, emigração e imigração podem ser o reduto de esperança para a redistribuição populacional pelo território, nomeadamente europeu, contrariando assimetrias e permitindo a revitalização do mundo rural cujo abandono tornou já evidente a tragédia que significa e que comprovamos quando assistimos ao engrossar da população desempregada nas cidades, ao aumento da procura de habitação, aos conflitos sociais, à exclusão, à delinquência juvenil ou à criminalidade...

Esquecemo-nos muitas vezes que a questão da segurança encontra as suas melhores e mais eficazes soluções na promoção do bem-estar social dos cidadãos, isto é, na existência de trabalho e de habitação, condições essenciais para o desenvolvimento da vida humana...

Estamos perante um problema de representações sociais e políticas que requer uma mudança drástica: para vencermos a estagnação e regressão sócio-económica das sociedades dos nossos dias não poderemos persistir no uso e recurso das “velhas receitas” ditadas pela ideologia política tradicional. Podemos resolver o problema da imigração,

da emigração, da revitalização do mundo rural e até do clima de confiança e segurança cívica a partir de simples determinações políticas que viabilizem e regulem de forma integrada as diversas dimensões da organização social, da legalização e integração social dos migrantes, ao ordenamento do território em termos de planificação de investimentos, de política habitacional e criação de emprego.

É este o problema actual mais premente do mundo em que vivemos: garantir a sustentabilidade social, reduzindo os custos e danos da exclusão. Para isso, poderemos socorrer-nos de duas realidades cuja articulação se nos oferece como instrumento de resolução de um problema que é estrutural e que a todos atinge e aflige: mobilidade migratória e mundo rural. Poder-se-ia dizer que “a solução está à vista”... e, para não dizer de forma moralista que bastaria que houvesse boa-vontade, direi que basta que haja vontade e determinação política... A nós cidadãos cabe-nos demonstrar que sabemos e acreditamos que, apesar de não vivermos em mundos perfeitos, não há impossíveis!

Penso que é aqui que reside a seriedade do trabalho político a desenvolver... promover uma reforma política essencial e urgente capaz de repensar os fundamentos ideológicos da sua intervenção social... analisando o mundo dos nossos dias, compreendendo os erros provocados pela continuidade da gestão de lógicas ultrapassadas que já se não adequam às necessidades e optando por novos princípios e métodos que além de terem que ser pensados, terão que ser legislados e, naturalmente, executados... pela sobrevivência social! ... pela sobrevivência democrática! ... por todos nós! ❁



Migrações

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Os fluxos migratórios internacionais são complexos e voláteis, sendo bastante comum, por exemplo, a brusca inversão de saldos migratórios ou a existência simultânea de uma forte emigração e imigração. Por exemplo, dos EUA, o principal pólo de atracção do mundo, saem anualmente 200 mil cidadãos.

O fenómeno migratório contemporâneo, pela sua intensidade e diversificação, torna-se cada vez mais complexo, principalmente no que se refere às causas que o originam. Entre elas destacam-se as transformações ocasionadas pela economia globalizada, as quais levam à exclusão crescente dos povos, países e regiões e sua luta pela sobrevivência.

Num mundo que vive o paradoxo de uma “aldeia global” cada vez mais “individualista”, o desafio da tolerância – religiosa e cultural – tornou-se uma prioridade absoluta, sobretudo no que concerne o dia-a-dia dos migrantes e refugiados.

O fenómeno das migrações internacionais aponta para a necessidade de se repensar o mundo, não com base na competitividade económica e no encerramento das fronteiras, mas, sim, na cidadania universal, na solidariedade e nas acções humanitárias.

As migrações são berços de inovações e transformações. Elas podem gerar solidariedade ou discriminação; encontros ou choques; inclusão ou exclusão; diálogo ou fundamentalismo.

EMIGRAÇÃO

A emigração de portugueses não é um facto recente. Sempre esteve presente na nossa sociedade portuguesa cuja evolução foi mais forte ao final do século XIX e durante o terceiro quarto do século XX. Razões económicas, entre outras de natureza social, religiosa e política, são as principais causas para a diáspora portuguesa nos cinco continentes.

A análise da emigração portuguesa, registada durante as últimas décadas, testemunha as vicissitudes porque tem vindo a passar este fenómeno, realçando uma vez mais na sua história a relação destas saídas com o estado de desenvolvimento de Portugal e com a evolução do mercado de mão-de-obra internacional. Com efeito, se tivermos em consideração a evolução deste movimento, em particular no decurso do século XX, verificamos que sofreu alterações muito significativas em relação ao seu volume e destinos, à sua evolução e composição, às suas causas e reflexos sobre a sociedade de origem.

As oportunidades de emprego então registadas em toda a Europa ocidental, e a proximidade de Portugal a estes países, permitiram que a emigração se tenha espalhado a todo o território afectando especialmente as áreas rurais e menos desenvolvidas do continente português.

OS DESTINOS

A intensificação recente deste movimento foi acompanhada por uma preferência cada vez maior pelas saídas para a Europa, em particular para a França, em detrimento da corrente tradicional, com destino ao Brasil. Estes valores realçam a quebra do movimento transoceânico e a sua substituição pelo intra-europeu. Daí resultou uma segunda alteração que se verificou através do incremento das saídas clandestinas, as quais vieram a superar, nos anos de 1969, 1970 e 1971, as saídas legais então registadas.

Não foram só as razões de natureza económica relacionadas com o nível de vida, as fracas oportunidades de emprego existentes nas regiões rurais e a incapacidade do tecido produtivo em absorver os contingentes de assalariados e de trabalhadores libertos das actividades agrícolas e de subsistência que contribuíram para acelerar este movimento. Também as razões de natureza política decorrentes do regime Salazarista e da guerra em África justificaram muitas dessas saídas.

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

A importância destas saídas foi bastante acentuada nas regiões densamente povoadas do norte e do centro do país, assim como nas Ilhas Atlânticas dos Açores e da Madeira, de onde partiram os maiores contingentes de emigrantes não só em direcção ao Brasil e aos Estados Unidos, mas, também, já durante a segunda metade do século XX, para os países industrializados da Europa Ocidental, França, Alemanha, Luxemburgo e, mais recentemente, para a Suíça.

A dimensão deste fenómeno, nas suas vertentes de emigração legal e emigração clandestina e sua expressão em todos os estratos etários da população, sobretudo na população jovem e adulta, confirma a sua antiguidade e as raízes históricas deste movimento.



Arnaldo Jorge Pacheco Brás

Vereador da Câmara Municipal de Castelo Branco e presidente da Associação Amato Lusitano

REFLEXOS DA EMIGRAÇÃO

Podemos assinalar diversas consequências em relação à emigração portuguesa, entre elas, o processo de crescimento urbano e industrial, sobretudo na faixa centro e norte litoral do território e o aumento dos movimentos da população com destino aos principais centros urbanos, agravando, desta forma, o processo de desertificação do interior que se tem vindo a acentuar no decurso das últimas décadas.

Para além destes aspectos, registamos o aumento do comércio, em particular com o exterior, o desenvolvimento do turismo e das actividades terciárias, em particular na periferia dos grandes centros urbanos de Lisboa e do Porto. No seu conjunto, estas transformações contribuíram para gerar novas oportunidades de emprego, para o aumento da riqueza do país e para uma melhoria significativa do nível de vida da sua população.

IMIGRAÇÃO ENQUADRAMENTO

Portugal, país tradicionalmente de emigração, passou a integrar, a partir da década de 90, o grupo de países também de imigração. Com efeito, com a entrada de Portugal na CEE, assiste-se a uma viragem no debate político, salientando-se o realce dado à inversão de Portugal como país de emigração, para se converter em país de acolhimento.

Os fluxos imigratórios em Portugal surgem nos anos 80, com a independência das ex-colónias portuguesas, atingindo o seu auge a partir dos anos 90 com a imigração originária do Brasil e, posteriormente, dos países do Leste da Europa.

As crescentes vagas de fluxos migratórios com destino ao nosso país conduzem ao aparecimento de uma política de imigração concertada, em termos de controlo da imigração, e, no âmbito social, praticamente inexistente até à década de 90. A partir daqui o saldo migratório passa a ser francamente positivo.

Nas últimas três décadas, Portugal conheceu um forte acréscimo da população estrangeira residente em território nacional. Aos tradicionais fluxos pós-descolonização, provindos dos PALOPs, juntaram-se novos fluxos oriundos do Brasil, da Europa de Leste, para além de outros de muito menor expressão. O fenómeno imigratório adquire, deste modo, uma importância inquestionável e Portugal assume-se como um país de destino para um crescente número de cidadãos de nacionalidade estrangeira.

As populações estrangeiras em Portugal são maioritariamente masculinas e revelam uma especial concentração nas idades activas, em particular as mais jovens: dos 15 aos 34 anos. Estes dois traços expressam o facto de a imigração para Portugal ainda ser predominantemente de tipo laboral, com a larga maioria dos estrangeiros originários de Países Terceiros inseridos em segmentos do mercado de trabalho pouco qualificado, de baixos salários e com fracas perspectivas de carreira.

EM CASTELO BRANCO

No Distrito e, nomeadamente no concelho de Castelo Branco, os fenómenos Emigração e Imigração tiveram um impacto significativo. No primeiro caso, com a saída para os países industrializados da Europa, a partir da década de 60, e a consequente desertificação do território rural, assistiu-se ao abandono da agricultura, ao êxodo para as maiores cidades do Interior e do Litoral, onde se foram concentrando os factores de desenvolvimento económico.

Por outro lado, as políticas europeias na área da Agricultura tiveram como consequência a concentração da produção nas grandes empresas e a indução de hábitos de consumo em produtos normalizados, retirando capacidade às explorações familiares e de minifúndio.

Inicialmente, os imigrantes vieram preencher lacunas no nosso mercado de trabalho ao nível das áreas da construção civil, decorrentes da forte expansão de novas zonas habitacionais e do forte incremento das obras públicas. Progressivamente, foram ocupando outros sectores como o turismo, a indústria os serviços e a agricultura.

Seguindo a tendência a nível nacional, também em Castelo Branco os imigrantes são maioritariamente brasileiros, seguindo-se os originários da Ucrânia, da Índia, da Roménia, da Rússia, de Cabo Verde e de Angola.

Com a Câmara Municipal sempre atenta a todos os problemas, e através da Associação Amato Lusitano, fomos contemplados com um CLAII – Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante – com a finalidade de servir a população imigrante, informando activamente, proporcionando respostas às questões colocadas pelos imigrantes e potenciando, qualitativamente, a respectiva Integração, informando nas áreas da saúde, do trabalho, da educação, do reagrupamento familiar, da nacionalidade, na legalização de situações, da Segurança Social, e outras.

À medida que as famílias foram chegando, surgiram também outro tipo de questões, de ordem social, que têm que ver com a educação dos filhos e com a preocupação em manter acesas as tradições de origem, que passam pela língua, pela história, pela cultura, pela gastronomia, etc. É aqui que surge uma vez mais a Associação Amato Lusitano que, através de programas sociais como o Progride, fomenta o ensino dessas áreas a filhos de Imigrantes, promovendo actividades lúdico-pedagógicas, articuladas com as áreas curriculares de aprendizagem da língua russa e ucraniana, ao mesmo tempo que promove a integração da comunidade Imigrante junto da comunidade local.

Com esta experiência, estamos certos que estaremos a contribuir para que os filhos dos Imigrantes não sintam na pele aquela que eu considero ter sido uma das maiores lacunas na vida dos filhos dos nossos emigrantes nos países de Europa Industrializada: o desconhecimento da língua e cultura dos seus países de origem. ❁

O debate teórico em torno das políticas e das estratégias de desenvolvimento rural estrutura-se basicamente em três modelos. Um, a que chamaremos neo-clássico, que defende que é a livre actuação dos mercados que permite uma melhor afectação de recursos, pelo que deve caber ao equilíbrio dinâmico do mercado a responsabilidade de promover o desenvolvimento. A acção do Estado deve, neste quadro, circunscrever-se à retirada dos entraves que bloqueiam o normal funcionamento dos mecanismos dos mercados. Outro, que podemos designar por desenvolvimentista, que, pelo contrário, faz da aposta na mão interventiva do Estado a mola real dos processos de mudança socioeconómica, nomeadamente pela construção de infra-estruturas e equipamentos. Pressupõe-se que, deste modo, se garantem limiares adequados de externalidades e isso permite aos agentes económicos um quadro mais favorável de actuação. O terceiro modelo é o do desenvolvimento endógeno ou territorialista, que, assumindo que é necessária uma intervenção do Estado para dotar as áreas rurais das referidas externalidades para o seu desenvolvimento, sustenta, porém, que, paralelamente, se devem criar mecanismos que permitam potenciar a utilização dos diferentes recursos próprios, sejam eles materiais, humanos ou institucionais.

Defendo, para o mundo rural, este último modelo. Permite, teoricamente, melhor conciliar objectivos de coesão com objectivos de competitividade, articular mais facilmente iniciativa privada com acção pública, cruzar mais eficazmente lógicas sectoriais com intervenções de base territorial, dar mais enfoque às potencialidades e às oportunidades do que aos problemas e às dificuldades. Já não se trata tanto de decidir da alocação de recursos escassos, mas antes de (re)criar recursos por meio de novos figurinos que sejam ajustados aos actores locais e aos desafios que se colocam nesse quadro territorial. De algum modo, a política europeia de desenvolvimento rural e, em Portugal, o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) apontam, aliás, nesse sentido.

O quadro normativo, comunitário e nacional, remete, de facto, para a necessidade dos neo-rurais desenvolverem actividade multi-funcionais, sustentáveis, competitivas, capazes de conservarem a paisagem, de preservarem os valores identitários desses territórios e de contribuírem para a redinamização económica das suas regiões, obedecendo aos novos perfis de procura urbana. Fica claro que já não se espera apenas, ou até principalmente, uma resposta agrícola dos espaços rurais, já não se trata somente da agricultura e da pecuária, mas antes de uma alargada perspectiva territorial, assente numa pluralidade de funções e de objectivos, essencialmente direccionados para o equilíbrio e a salvaguarda ambiental. E tudo isto, apelando a um forte envolvimento das comunidade locais, elevadas à condição de protagonistas do seu próprio processo de desenvolvimento. É uma vasta e ambiciosa agenda para o mundo rural! O voluntarismo nas políticas, se excessivo, pode gerar efeitos contraproducentes porque cria cenários virtuais e leva à produção de medidas desligadas da realidade.

Se atentarmos na realidade actual dos nossos espaços rurais, fica claro que existem problemas de forte regressão demográfica, a par de baixos níveis de escolarização e formação profissional e do envelhecimento da mão-de-obra disponível. As áreas rurais são, marcadamente, espaços em perda demográfica, não raras vezes com uma forte tendência de esvaziamento e de desertificação. A questão

Desenvolvimento rural: as políticas e os actores entre realidade e utopia

Domingos Santos

Docente do Instituto Politécnico de Castelo Branco



que, obviamente, se levanta é a de saber quem e que organizações existem para desenhar e desempenhar todas aquelas tarefas. Nestes territórios silenciosos e sacrificados, cada vez mais devolutos, que vêm, desde há décadas, sofrendo um longo processo de agonia e desertificação, esta crescente rarefacção demográfica traduz-se, também, em evidentes baixos limiares de actores nas diferentes esferas de acção política, social e económica.

Corre-se, assim, o risco de inviabilizar o surgimento de uma dinâmica sustentada que gere novas iniciativas e novos empreendimentos, dada a debilidade sociocultural, económica e demográfica que caracteriza um grande número de áreas rurais. Este é um problema estrutural que o mundo rural enfrenta e a que urge dar respostas adequadas.

Às sinergias e à criação de redes de cooperação, dimensões fulcrais de afirmação de uma lógica de desenvolvimento endógeno e de vontade de requalificação dos espaços rurais, vai faltando matéria-prima que permita estruturar projectos e propagar iniciativas. Alguns exemplos, contudo, são bem demonstrativos de que a iminência desses limiares de não-retorno torna estes espaços mais resistentes, descobrindo o valor da identidade territorial e a importância dos recursos simbólicos.

Tudo isto se passa, em Portugal, tendo como pano de fundo a imperturbável visão centralista dos nossos governantes e das elites económicas e empresariais, acentuada pela todo-poderosa força centrípeta das áreas metropolitanas, que simplificam o debate sobre o futuro do país e reduzem a agenda política ao duopólio Lisboa-Porto. Tudo parece jogar-se em poucas centenas de quilómetros quadrados. O resto parece ser paisagem. O devir do mundo rural, em particular, parece desenhar-se em contra-corrente, quase como um acto de afirmação de identidade e de direito à diferença. ☘



Vale Soana

APURE prepara novos projectos

Prevista a instalação dum pólo para a Europa Meridional nos Alpes Italianos

Após a entrada em funcionamento do Centro APURE para o Desenvolvimento Rural do Centro-Este da Europa, a Szolnok na Hungria, perspectiva-se a instalação de um Campus Universitário e Centro de Estágios APURE para a Europa Meridional, em plenos Alpes, no Vale de Soana, Piemonte, Itália. A médio-longo prazo, a Direcção da APURE prevê procurar as condições para que um outro centro, de características a definir, possa ser instalado em Portugal com influência na Europa ocidental.

A 20 de Setembro de 2008, nas instalações do Município de Valprato (Vale de Soana, Itália), realizou-se uma reunião da Direcção Executiva da APURE. Estiveram presentes o Presidente do Conselho de Administração da APURE, Camilo Mortágua, os Vice-Presidentes, Josy Richez-Battesti, Danilo Crosasso, Maria Grzechynka e István Bali, o Responsável pela URE 2010, Patrick Lebreton, o membro do Conselho de Administração, Silvano Crosasso e, nos termos da representatividade prevista estatutariamente, Javier Robles e a ADRACES, representados por Camilo Mortágua.

Durante os trabalhos desta reunião foram tomadas as seguintes decisões:

- a) aceitar a participação da APURE no projecto apresentado por Danilo Crosasso, por Silvano Crosasso e pela Comunidade de Montana, bem como a assinatura protocolar do mesmo;
- b) aceitar as bases do Protocolo de Cooperação entre a APURE e a Associação REDE, ao abrigo do qual a Associação REDE passará a representar a APURE em Bruxelas;
- c) proceder às seguintes alterações na estrutura organizativa da APURE (tendo em consideração a complexidade do trabalho de secretariado até agora assumido pela ADRACES, decidiu-se desdobrar o trabalho global do Secretariado pelos seguintes associados):
 1. ADRACES – área administrativa e financeira;
 2. István Bali e Centro para a Europa Central e de Leste – gestão e manutenção do site da APURE;

3. Patrick Lebreton e Mairie St. Joseph – Responsáveis Globais pela organização, promoção e coordenação de todos os aspectos ligados à URE 2010;
- d) proceder à criação de um Secretariado específico para a Presidência da APURE. Para o efeito, foi designada Ana Paula Fitas;
- e) realizar, entre os dias 15 e 18 de Dezembro de 2008, na Ilha da Reunião, durante a realização da terceira Universidade Rural do Oceano Índico (UROI), uma reunião destinada aos trabalhos de organização e coordenação da URE 2010;
- f) dar cumprimento à criação de um Conselho Científico (Comité d'Expertise), nos termos do artigo 7.5 dos Estatutos da APURE, a constituir com sede em Portugal e aberto à participação de especialistas (em nome individual e/ou institucional) indicados pelos associados;



- g) solicitar ao Secretariado Administrativo e Financeiro o envio a todos os associados de uma circular em suporte de papel e com valor legal, solicitando o pagamento das respectivas quotizações, sob pena de anulação da respectiva adesão;

Os temas desta reunião foram enumerados sistematicamente, de modo a constituírem a ordem de trabalhos da reunião realizada no dia seguinte, a saber, dia 21 de Setembro.

Confirmadas as decisões do dia anterior, destacaram-se no último dia de trabalhos, outras decisões e iniciativas, designadamente:

- a) a assinatura protocolar do Projecto apresentado por Danilo e Silvano Crosasso;
- b) a consideração de que o Conselho Científico deverá estar constituído no prazo de 90 dias e que a sua constituição será submetida à aprovação da Direcção Executiva da APURE pelo Presidente do Conselho de Administração, acompanhada de Regulamento próprio e adequado ao seu funcionamento;
- c) a consideração de que a solicitação do pagamento das quotizações aos associados deverá indicar como prazo o mês de Março de 2009 (findo o qual, em caso de não cumprimento, a adesão à APURE será considerada anulada);

Antes da assinatura protocolar do projecto “*Realizzazione del Campus dell’Università Rurale Europea nel Parco Nazionale del Gran Paradiso*”, este foi apresentado por Danilo e Silvano Crosasso que distribuíram aos participantes um resumo do mesmo, do qual se apresenta uma breve síntese:

- a) o projecto tem como entidade promotora a Comunità Montana Valli Orco e Soana e inscreve-se no âmbito do *Programma Territoriale Integrato “Sviluppo Sostenibile delle Valli di Lanzo e delle Valli del Canavese”*, ao qual pretende apresentar a sua candidatura para efeitos de financiamento;

Futuro Centro Multimédia da APURE



- b) os objectivos do projecto visam, entre outros:
 - i. completar um pólo de educação, investigação e didáctica ambiental com relevância europeia, capaz de dinamizar de forma articulada, o turismo escolástico, didáctico-ambiental, de formação, investigação e de realização de congressos, mediante a criação de uma estrutura especializada e inovadora (laboratório didáctico, sala multimédia, sala de congressos);
 - ii. favorecer a instrução turística eco-compatível do território em colaboração com o Parque Nacional Gran Paradiso e a Universidade Rural Europeia, ampliando o impacto social do projecto e gerando benefícios económicos para o território;
 - iii. experimentar formas inovadoras de fruição turística valorizadoras do património alpino, nomeadamente pela disseminação de formas de acolhimento e estadia difusas;
 - iv. melhorar o impacto da presença turística no ambiente através da institucionalização do “espaço pedonal” na aldeia de Campiglia, graças à criação de um parque subterrâneo para acesso à localidade;
 - v. dinamizar relações de colaboração com a Universidade e com o mundo académico e da investigação, com vista ao desenvolvimento científico, didáctico e formativo da população estudantil;
 - vi. criar um sistema de relações integradas numa escala territorial diversa: local, regional, nacional e europeia;
 - vii. contribuir para a criação de uma melhor qualidade de vida através da possibilidade de ocupação especializada do espaço, permitida pela gestão da estrutura a criar com valências multifuncionais, desde instalações de acolhimento até à criação de laboratórios e ateliers de estudo e de investigação, bem como de um centro de congressos, capaz de contrariar o isolamento e despovoamento da região;
- c) o projecto apresenta como entidades integrantes da sua rede de parceiras:
 - i. Comunità Montana Valli Orco e Soana;
 - ii. Comune di Valprato Soana;
 - iii. APURE – Associazione Per l’Università Rurale Europea;
 - iv. Parco Nazionale Gran Paradiso;

Após a apresentação do projecto, procedeu-se à sua assinatura protocolar e deu-se por encerrada a reunião. ☼

Mobilidade e desenvolvimento



PEDRO MARTINS

1. Acessibilidades. A melhoria das acessibilidades representa um processo de ordenamento do território em função da rede viária e ferroviária. De facto, tais vias constituem as artérias por onde circula o fluxo de mercadorias, produtos e pessoas. Uma boa rede de comunicações representa uma grande vantagem económica e social, num tempo de economia aberta e mercados dinâmicos.

Considerando uma determinada região, em função da rede de comunicações, existe um efeito de atracção de pessoas e de investimentos (logo de equipamentos e produtos) de umas regiões em relação a outras. É a designada polarização e competição ente regiões.

2. Diferenciação. A concorrência dos territórios em função das suas características ambientais, dos recursos naturais, da sua história e especializações produtivas fruto do engenho e arte das suas populações, originou tradições e produtos diferenciados. A melhoria das acessibilidades veio contribuir para a deslocalização de tais produtos, valorizando-os através do comércio. Ao longo de todo o século passado, a circulação de mercadorias e produtos primeiro e, depois, de capitais e pessoas, conduziu à concorrência entre os mercados, em que a deslocalização e movimentação dos recursos foi um vector determinante. De facto, à crescente circulação de produtos, juntou-se a deslocação de mão-de-obra. As pessoas fixas no seu meio pela criatividade de saberes das artes e ofícios passados de geração em geração são cada vez mais raras. Transformaram-se cada vez mais em mão-de-obra indiferenciada ou especializada necessária aos processos tecnológicos de produção intensiva e repetitiva. A mão-de-obra tornou-se mercadoria, também ela facilmente deslocável e sujeita a processos de atracção e repulsão. As sociedades, ao ficarem cada vez mais em competição, geram movimentos de

deslocalização de pessoas que, na segunda metade do século passado, atingiam dimensões imprevisíveis, explodindo os fenómenos migratórios.

3. Despovoamento. Tomando como base de observação o Distrito de Castelo Branco, é bem conhecido o longo processo de perda de população ao longo das últimas décadas. Alguma deslocação de população sempre existiu no nosso país, quer para o estrangeiro (emigração), quer do interior rural para o litoral (êxodo rural). Até à segunda grande guerra, os nossos emigrantes dirigiam-se sobretudo para o Brasil. Depois, face à enorme carência de mão-de-obra que se fez sentir na Europa destruída e com falta de activos jovens, conjugou-se o factor de atracção desses países com a repulsão derivada da estagnação do nosso mundo rural e gerou-se o grande **surto migratório**.

No nosso país, no longo tempo da ditadura Salazarista, a elite do designado Estado Novo via com bons olhos que o mundo rural ficasse estagnado e atrasado, pois servia de reserva de mão-de-obra barata para as unidades industriais e de prestação de serviços do litoral. Considerava-se que o ciclo de estagnação, quer material quer de instrução, bloqueava a capacidade de reacção e de iniciativa do então designado “bom povo português de brandos costumes”. Mas, as dinâmicas sociais e económicas não se compadeceram com visões



PEDRO MARTINS

elitistas e ditatoriais. E foi o povo rural, pouco instruído mas fortalecido na rude luta pela sobrevivência, que deu o salto para a Europa Central. Emigraram primeiro os homens em idade activa, mas logo se seguiram as famílias, conduzindo ao despovoamento que contribui para o processo de desertificação mais amplo e de médio e longo prazo.

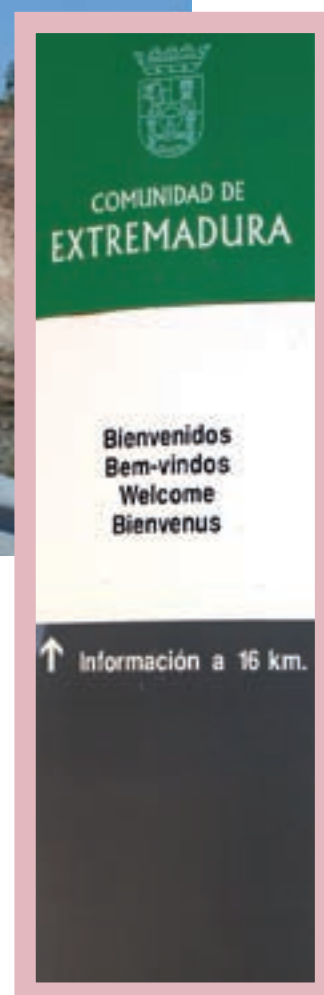
- 4. Vertente demográfica.** Consideremos uma certa unidade territorial administrativamente delimitada. Seja um Concelho ou Distrito. Apure-se a efectiva variação da população presente nesse território, num certo período de tempo (10 anos, por exemplo) e desconte-se o valor do saldo fisiológico (nascimentos menos óbitos). Se o valor apurado for positivo existiu **atração**, se for negativo verificou-se **repulsão**. Vejamos os números de um exemplo. Num concelho ao longo da década de noventa a população diminuiu 4.000 pessoas (em 1990 estavam presentes 10.000 pessoas e em 2000 já só estavam presentes 6.000 pessoas). Ao longo da referida década, verificaram-se 2.500 óbitos e apenas 1.000 nascimentos. Verificou-se, assim, um saldo fisiológico negativo de 2.500 pessoas.

Então, pelo saldo fisiológico negativo justificou-se a diminuição de 1.500 pessoas. Ora, como a afectiva variação da população foi de menos 4.000 pessoas, resulta que 2.500 saíram e, portanto, existiu repulsão; isto é, o concelho em causa perdeu capacidade de fixar as pessoas, ficou menos competitivo e não conseguiu fixar as pessoas que tinha no início da década. A **repulsão** líquida foi no valor de 2.500 pessoas para o nosso exemplo, mas em muitos concelhos da raia tem sido bem maior e continuada, devido aos efeitos do multiplicador demográfico negativo. De facto, o fenómeno migratório abrange há várias décadas sobretudo pessoas em idade activa para o trabalho e em idade fértil. As consequências aí estão no envelhecimento da população e diminuição da população jovem.

- 5. Consequências.** Não é linear concluir-se que a saída massiva de pessoas da nossa sociedade rural foi só negativa. Foi uma ruptura social e cultural muito

concentrada em duas ou três décadas. Por um lado, as pessoas melhoraram a sua vida e a sociedade transformou-se fruto de várias rupturas. Por outro lado, tal processo desencadeou-se e tomou grandes proporções sem uma estratégia de desenvolvimento do território.

As pessoas, algo desenraizadas, refizeram a sua vida noutras paragens, sobretudo as de emigração de ciclo familiar que optou por lá ficar. Quem ficou por cá também passou a viver melhor, pois a mão-de-obra valorizou-se. Contudo, a sociedade tornou-se dependente, de economia social frágil, já que mais de metade dos baixos rendimentos das pessoas não resultam das actividades e riqueza aqui produzida, mas vem de fora: remessas dos emigrantes, pensões de reforma, subsídios de desemprego, rendimento social de inserção e subsídios desligados da actividade produtiva. Dir-se-á que é a solidariedade da Sociedade como um todo a afirmar-se. Sendo verdade e sendo um mal necessário, a proporção que tomou é asfixiante. De facto, a animação produtiva e cultural precisa de gente nova, enraizada e em vibração da sua identidade, para aproveitamento das potencialidades produtivas do nosso território. É estrategicamente negativo sentar o nosso mundo rural à braseira à espera que morra. É para o conjunto da sociedade profundamente empobrecedor não valorizar e não aproveitar todos os recursos, também os humanos e, independentemente da sua idade, em função dos seus saberes e testemunhos. A mobilidade dos produtos, designadamente dos produtos culturais como genuína expressão dos saberes e sabores das marcas de identidade do território, pode ajudar a reanimar a economia social do nosso mundo rural. Tal reanimação é essencial para toda a sociedade, pelos valores e património que contém. Também a mobilidade das pessoas é essencial para o melhor conhecimento e fruição do território, ou seja, para a cada vez mais intensa partilha do que nos diferencia e permite valorizar o nosso território. ☸



Nasceu do lado de cá, passou para o lado de lá, viveu sempre entre os dois lados!

*Uma terra portuguesa até aos anos da descoberta do Brasil,
passando a espanhola com o reajustamento de fronteiras
ocorrido nos séculos XV e XVI, talvez porque, nessa época, as
pequenas “terras de dentro” tenham perdido importância em
relação às “terras grandes” e distantes de além-mares.*

VALVERDE DEL FRESNO

Valverde é hoje um município da Comunidade Autónoma da Extremadura espanhola, pertencente à Província de Cáceres, Comarca da Serra da Gata, situada na confluência dos rios Baságueda e Erges, a uns escassos 40 quilómetros de Penamacor.

“Valverdi du Fresnu”, como dizem os naturais, é uma Povoação com 2600 habitantes aproximadamente que, apesar dos tempos difíceis sofridos por toda a Espanha e, em particular, pela Extremadura, tem sabido, graças à descentralização da Administração Pública do Estado espanhol e ao apoio da Junta Autónoma da Extremadura, atenuar o acelerado despovoamento das pequenas comunidades rurais, através de políticas ajustadas às necessidades de protecção social das populações residentes.

Foram essas políticas e, mais recentemente, a constituição da “COMARCA” de todos os Municípios da Serra da Gata, permitindo uma governação e gestão conjunta e democrática de todos os recursos disponíveis, que permitiram perder apenas 300 residentes em duas décadas.

Desde há muito que o olival e o azeite constituem os esteios da economia deste município. Mas... a organização cooperativa dos seus produtores é, na realidade, a sua grande originalidade e mais-valia.

A ACENORCA – Sociedade Cooperativa de 2º grau, que engloba umas dezenas de cooperativas de base, é a grande estrutura dinamizadora da produção, transformação e comercialização das azeitonas da zona.

A sua actividade não se limita ao sector olivícola, antes incentiva e apoia o desenvolvimento de outros sectores, tais como as energias alternativas, especialmente projectos de energia eólica, quer associando-se directamente aos investimentos, quer apoiando os seus associados na aquisição de direitos em projectos de dimensão superior às suas capacidades.

Vai-se de Penamacor a Valverde por uma boa estrada asfaltada, de piso recente, e bem sinalizada. Entre as duas povoações, hoje formalmente geminadas, sempre existiram intensas relações humanas, económicas, sociais e culturais. Uns e outros, tanto os de cá como os de lá, calcorream, através dos tempos e das imposições da evolução histórica dos dois Países, os sendeiros destas serras e vales, os córregos destas paisagens agrestes, mas amigas de quem nelas se aventura.

Sobretudo entre os anos 40 e 80, o “contrabando” foi a grande actividade económica que permitiu a sobrevivência dum boa parte da população habitando dos dois lados da fronteira.

O Castelo de Salvaleon



O fim desta actividade ocasionou um movimento migratório importante. Muitas pessoas abandonaram Valverde para irem procurar soluções de vida em regiões mais prósperas de Espanha, como o País Basco e a Catalunha, e para outros países europeus, como a França, a Suíça e a Alemanha.

A partir dos anos 80, após o advento da democracia que ocasionou o regresso massivo dos emigrantes, assistiu-se a uma frenética actividade de construção, período em que de forma desordenada se assistiu ao alargamento incontrolado da superfície urbana, nem sempre respeitadora da arquitectura tradicional da região e descaracterizadora da estética tradicional dos povoados da Comarca (lá como cá)!

A caminho de Valverde, um quilómetro depois da linha de fronteira, encontra-se à direita, um pouco perceptível caminho que nos leva até às ruínas de um dos mais importantes sítios históricos destas “terras de ninguém”: as do antigo Castelo de Salvaleon, arrasado na sequência das correcções de fronteiras já citadas.

Disse-nos o velho “Xiu” (foi por este nome que soube-mos do personagem), – mais velho do que as pedras, – que “naquele sítio havia um enorme bicho que corria com os guardas civis e defendia os contrabandistas; bicho esse que, embora mais parecido com um gato grande, de tão feroz que era, mereceu o nome de Leão”.

Dizia o “Xiu” (todos assim o conhecem por ser tão sorrateiro e fino que andava sempre de dedo nos lábios a mandar calar quem a ele se dirigia), que tinha dormido várias noites encostado aos muros do Castelo sob a guarda do “Leão” que lá morava. O amigo dos contrabandistas.

ANA ISABEL, A JOVEM ALCALDESA
(PRESIDENTE DO MUNICÍPIO) DE VALVERDE DEL FRESNO

Vai sendo hábito encontrar pessoas jovens ou até muito jovens à frente das autarquias rurais espanholas, não só nos municípios fronteiriços, mas um pouco por toda a Espanha.

Seria interessante saber até que ponto a juventude dos autarcas rurais espanhóis é um factor de dinamismo e progresso dos territórios rurais do nosso grande vizinho.

Ana Isabel Perez Lopes é a Alcaldesa de Valverde del Fresno, nascida por precaução numa maternidade de Salamanca, mas gerada e criada em Valverde, onde os pais eram professores. Esta mulher exerce o seu segundo mandato, com maioria absoluta, eleita em lista do Partido Socialista, desde há cerca de 10 anos o seu partido.

A juventude d@s autarcas constituirá uma diferença positiva?

Morena de grandes e perspicazes olhos, bastante comedida no falar, mas convicta e firme nas ideias que expõe, confessou-nos o seu interesse na procura de um maior conhecimento mútuo entre as pessoas e empresas dos dois lados da fronteira.

Interrogada sobre as principais diferenças entre os dois países, diz que em Portugal nós soubemos guardar muito melhor as nossas tradições e costumes, ao contrário deles que deixaram que se perdessem importantes sinais e práticas das suas tradicionais maneiras de viver, coisa que hoje lamentam.

Mas não hesita em afirmar que, apesar disso, existem algumas vantagens.

As frutas e legumes, assim como a alimentação em geral, são mais baratos e os serviços de protecção social mais vantajosos.

Conjuntamente com Santiago Pereira, seu Tenente Alcalde, são unânimes em reconhecer no pleno funcionamento da governação autonómica, através da parceria Comarcal, a grande alavanca para o progresso equilibrado de todos os povoados da Serra da Gata.

Observamos que o facto de em Espanha não existir diferença de nível administrativo entre povoações rurais maiores e menores, todas sendo consideradas municípios, embora com representação quantitativamente diferenciada (sem o fosso que a todos os títulos existe por cá entre os concelhos e as freguesias), parece incutir nos responsáveis pelas pequenas comunidades, potencialidades, oportunidades e motivações bem diferentes daquelas a que os nossos eleitos, a nível de Freguesia, podem aspirar, sobretudo ao nível da sua participação na co-gestão da administração pública a níveis mais complexos que o de uma simples Freguesia.

Não é fácil desvendar, por entre a “cortina das aparências”, as verdadeiras e genuínas causas dos diferentes níveis de condições de vida de um e de outro lado da fronteira. Com estas “tentativas”, apenas podemos levantar pontinhas de “véus” que, parecendo transparentes e fáceis de interpretar, camuflam de forma enganadora realidades bem mais complexas do que à primeira vista possam parecer, exigindo da nossa parte mais tempo, interesse e empenho, na sua compreensão. ☼





Quiosque da "BIS"

"Nenhum recanto da Beira Baixa representa mais ao vivo a ancestralidade do povo lusitano que esta região raiana"

Provérbios · rezas · lendas · crenças · mezinhas · adivinhas · músicas · poesia popular · hábitos e costumes



*Pólo Raiano
Bazar "Do Fundo do Baú"*

**Há cinco anos
a prestar apoio
ao social**

A 5ª Edição do Bazar – "Do Fundo do Baú", tal como as anteriores, decorreu no Jardim da República em Penamacor, num espaço devidamente assinalado para o efeito, e onde os participantes puderam "feirar" todos os objectos saídos do fundo dos baús. Realiza-se anualmente, no dia 28 de Agosto, coincidindo com a Feira Anual de Agosto, e decorre entre as 9 e as 13 horas.

Desde bibelôs, a pequenos electrodomésticos, perfumes, malas, cintos, peluches, fios, pulseiras...etc... de tudo havia por lá a preços convidativos que iam dos 0,50 cêntimos aos 5 euros.

Os objectivos da actividade passam por motivar e incentivar o Grupo das Tertúlias da vila na participação de acções inovadoras e em questões de voluntariado para angariação de verbas, sendo que 80 por cento dos lucros são destinados a apoio de Instituições de Solidariedade Social e/ou pessoas carenciadas do concelho. Os

restantes 20 por cento servem para auto-financiamento do Grupo, principalmente para aquisição de materiais para a Oficina de Artes e Saberes.

Paralelamente, pretende-se que a realização desta actividade permita e favoreça a criação de uma nova mentalidade de participação, sobretudo como motor impulsionador para uma crescente participação das Mulheres na comunidade. Esta pretende-se que seja uma iniciativa de envolvimento da população e, como tal, sempre aberta à participação da comunidade.

É também nesta iniciativa, que se escoam as peças (rendas, peças de artes decorativas, bijutarias, etc...) manufacturadas nas sessões da Oficina de Artes e Saberes – Horas a Fio. Os encontros das artesãs realizam-se todos os primeiros sábados de cada mês. ☘

Pólo Raiano, Sandra Vicente

A VIVER está on-line

Se por alguma razão não chegar às suas mãos um exemplar da nossa revista, pode lê-la integralmente no site da ADRACES em:

www.adraces.pt



**FRUTAS, LEGUMES E CONSERVAS:
LÁ D@ EIR@**

Sim! Sim! Cá os CUNCAS “samos” calhaus, mas não somos burros! Acreditem... o meu tio Belinho, aquele que rola pelo Erges entre Salvaterra e Segura, mandou-me há dias uma MASD (Mensagem Aquática Subterrânea Difusa), convocando os diversos “ramos” (salvo seja) da Cuncaria BISence, para uma m’água assembleia, onde o verdadeiro primeiro cá destas terras iria anunciar a todas as águas, peixinhos e Cuncas a grande novidade do milénio (milénio tempo, não confundam com o outro Millenium ligado a

de ponta a ponta do farfalhudo bigode, com o seu vozeirão ampliado pela córnea comicial, começa:

— Estimados concidadãos e “concidadoas” (aqui, amigos e estimados leitor@s, viu-se e ouviu-se logo, pela maneira como não recorreu às novas tecnologias de comunicação, que o sujeito era antiquado, devia ser alguém de antes da nossa actual sociedade do conhecimento) —, fitei melhor o personagem e ...já está... mais uma vez, desce às águas da terra o Venerando e Saudoso, o único grande Rei destas terras... o REI WAMBA!

Eis o que nos disse:

— Eu, Rei Wamba, um Rei RR como agora irrespeitosamente me chamam, por se lembrarem deste meu apreço pelas actividades rurais, venho hoje, com muito orgulho, anunciar-vos que, ao fim destes séculos todos de negociações, logrei que entre os meus súbditos se

Abel Cuncas

BISantinas utopias:

Wamba King s.a.



essa coisa dos sub-primos ou lá o que é, cruzes canhoto, mafarrico três vezes o espantem lá bem p’rás outras bandas longínquas das nossas primas mississipanas!).

Bem, tenham lá paciência, que mal chegue àquele peguinho calmo, logo retomo a minha estória. Mas, como ia dizendo, convocados pelo Belinho, e após aproveitamento de todas as energias alternativas e forças naturais cá da BIS, rolando pelo impulso da inércia balanceada do nosso próprio peso – estão vendo... não “samos” burros –, e cá o Abel, sem falsas modéstias, é o mais “involuído” dos Cuncas da BIS!

Pronto, seja como tiver sido, lá nos encontramos todos na Gruta Maior do Ocreza para verificar que ainda estava sequinha e em bom estado écosonoro, apesar de todas as ameaças de inundação pela barragem dita de Alvito e a que outros chamam de “Alvissaras”, pelas que daremos a quem for evitando que se faça tamanha desgraça cá para ancestral família dos CUNCAS.

Todos sentados no leito da majestosa concavidade, em volta da maior e mais velha Cunca destas terras, esperamos os acontecimentos, o aparecimento do anunciado verdadeiro primeiro destas terras... ei-lo que, com um salto se encavalita na CUNCA maior e, abrindo os braços, com um sorriso

chegasse a acordo para a fundação da grande empresa WAMBA KING S.A., que se irá dedicar a muitas actividades de há muito existir nestas minhas antigas terras, tais como, tomem nota:

- Recolher pelas aldeias e casas isoladas tudo o que as famílias produzem de frutas e legumes e lhes sobra, sem aproveitamento. Recolher e pagar a preços justos, para ajudar com alguns cobres o rendimento das famílias de reformados que são quem mais ainda produz. Depois da recolha, juntar, escolher e embalar para venda no comércio local e regional ou para transformação.
- Transformar tudo o que não seja possível vender de imediato, para comercialização posterior, vendendo sobre a marca “Lá da Eir@” ou outra que os meus estimados concidadãos e concidadoas julguem melhor, as boas coisas das nossas terras: Feijoada Wamba King, peixinhos da horta “Lá da Eir@”, licor de melancia “Lá do Eir@”, azeitinho com boas ervas, queijinhos CUNCAS, caldinhos de grão com cabritinhos do pinhal, pimentinhos recheados com perdizes “Lá da Eir@”, etc., etc.

Estão a ver estimados concidadãos e concidadoas... o meu sonho de séculos vai realizar-se: os nossos campos vão voltar a produzir, vai passar a haver emprego e actividade para os jovens. Por essa Europa fora vamos ficar conhecidos e os estrangeiros vão querer vir provar, na origem, as nossas iguarias. E Eu, lá nos infinitos de onde vim, repousarei enfim descansado e em paz.

Dito isto... atirou com a sua pesada coroa ao chão, fez-se uma luz brilhante e nela desapareceu o velho e verdadeiro primeiro destas terras. Meio zonzos pelo insólito acontecimento, a Assembleia dos CUNCAS ficou muda por instantes e, passado alguns segundos, todos se entrechocaram gritando “VIVA o REI Wamba, vivam todos os que o seguirem, abaixo os egoísmos pessoais que impedem a Wamba King S.A.” ☼



ADRIANO RANGEL



Nesta edição destaca-se:



Nós ADRACES

NÓS E OS NOSSOS PARCEIROS, POR UMA ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO (2007 / 2013)

04

“Elaborada, de forma participada e activa, por uma Parceria ampla e representativa dos actores mais relevantes do território, em conformidade com os princípios e metodologias da abordagem LEADER, a Estratégia tem como objectivo central a Valorização dos Produtos Tradicionais de Qualidade, o Desenvolvimento do Turismo em Espaço Rural e a Dinamização e Diversificação Económica”



Grande Tema

MIGRAÇÕES, A SUA IMPORTÂNCIA PARA DESENVOLVIMENTO DA BIS

10

“Os contributos das migrações para o Desenvolvimento da BIS, positivos e negativos, têm sido contributos auto-decididos e sem nenhuma ou muito pouca intervenção dos responsáveis pela governação da BIS e/ou do País. Parece-nos indispensável mais “pedagogia activa” para motivar maiores benefícios”



Ao Sabor da Pena

DESENVOLVIMENTO RURAL: AS POLÍTICAS E OS ACTORES ENTRE REALIDADE E UTOPIA

40

“Fica claro que já não se espera apenas, ou até principalmente, uma resposta agrícola dos espaços rurais, já não se trata somente da agricultura e da pecuária, mas antes de uma alargada perspectiva territorial, assente numa pluralidade de funções e de objectivos, essencialmente direccionados para o equilíbrio e a salvaguarda ambiental. E tudo isto, apelando a um forte envolvimento das comunidade locais, elevadas à condição de protagonistas do seu próprio processo de desenvolvimento. É uma vasta e ambiciosa agenda para o mundo rural!”



Sentir a Beira

MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO

43

“Também a mobilidade das pessoas é essencial para o melhor conhecimento e fruição do território, ou seja, para a cada vez mais intensa partilha do que nos diferencia e permite valorizar o nosso território”

